



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA - UEPB
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE - CCBS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
CURSO DE FORMAÇÃO E LICENCIATURA EM PSICOLOGIA

**A PRESENÇA IGNORADA DE SI: AGRESSIVIDADE, INAUTENTICIDADE E
VAZIO EXISTENCIAL NA CONSTRUÇÃO DA MASCULINIDADE**

LINDALBERTO ANTONIO ARAÚJO LEAL

**CAMPINA GRANDE – PB
JUNHO DE 2019**

LINDALBERTO ANTÔNIO ARAÚJO LEAL

**A PRESENÇA IGNORADA DE SI: AGRESSIVIDADE, INAUTENTICIDADE E
VAZIO EXISTENCIAL NA CONSTRUÇÃO DA MASCULINIDADE**

Trabalho Monográfico apresentado no curso de Psicologia – Formação e Licenciatura- da Universidade Estadual da Paraíba como requisito básico para a conclusão do Curso de Psicologia.

Orientador: Lorena Bandeira de Melo Sá

CAMPINA GRANDE – PB

JUNHO DE 2019

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

L435p Leal, Lindalberto Antonio Araújo.
A presença ignorada de si [manuscrito] : Agressividade, inautenticidade e vazio existencial na construção da masculinidade / Lindalberto Antonio Araujo Leal. -2019.
65 p.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde , 2019.
"Orientação : Profa. Ma. Lorena Bandeira Melo de Sá , Coordenação do Curso de Psicologia - CCBS."
1. Logoterapia. 2. Agressividade. 3. Inautenticidade. 4. Masculinidade hegemônica. I. Título
21. ed. CDD 616.891 6


LINDALBERTO ANTONIO ARAUJO LEAL


A PRESENÇA IGNORADA DE SI: AGRESSIVIDADE, INAUTENTICIDADE E VAZIO
EXISTENCIAL NA CONSTRUÇÃO DA MASCULINIDADE


Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a
Coordenação a ao Departamento de Psicologia
no curso Bacharelado e Licenciatura em
Psicologia da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial a obtenção do
título de Graduado e Licenciado em Psicologia

Aprovada em: 25/06/2019.

BANCA EXAMINADORA


Prof.^a. Me. Lorena Bandeira de Melo Sá (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof.^a. Me. Raisal Fernandes Mariz Simões
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Dr. Edmundo de Oliveira Gaudêncio
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

CAMPINA GRANDE – PB
JUNHO DE 2019

Aos meus pais, Antonio Araújo Leal e Maria de Brito Leal, por terem me incentivado a continuar, mesmo quando desistir se fazia enquanto mais tentador

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a Deus, por me possibilitar está aqui hoje e me guiar e proteger em cada um dos caminhos que já trilhei.

A minha mãe, por jamais permitir que eu desistisse e por literalmente me obrigar a continuar tentando apesar de cada dificuldade nesse percurso.

Aos meus irmãos, em especial a Lucas e a Lauro, aos quais durante boa parte de minha infância e adolescência me servirem como modelo e me incentivaram a estudar direta e indiretamente, devo muito a vocês.

Aos meus primos, Tata e Leornado, por terem acolhido os meus questionamentos adolescentes e terem me cedido um primeiro espaço de debate a temáticas existenciais

A João, grande amigo de infância, com quem eu sempre pude falar absolutamente sobre qualquer coisa.

A Tivo, por me tolerar os últimos três anos falando de psicologia para ele enquanto ele só queria estudar seus textos de jornalismo. Acho que ambos saíram com quase duas formações nesse processo.

A Rivaldina e Nazareth, estimadas professoras do meu ensino fundamental por sempre terem acreditado em mim e me estimulado a buscar algo além do que eu tinha a minha volta, além de terem sido as precursoras da minha vida acadêmica

A Washington, Silvio, Dinary, Leornado, Adelino, Marcílio e tantos outros professores que do ensino fundamental e médio pelos conhecimentos transmitidos e por terem se dedicado tanto a saciar as minhas dúvidas, embora possam até não saberem ou não se lembrarem mais daquele aluno em meio a tantos outros, eu nunca esqueci vocês.

Um agradecimento especial a Jardiel, que me apresentou a filosofia e que me ensinou a questionar e a problematizar as coisas a minha volta, eu por me provocado de modo que nunca mais fui o mesmo depois do ensino médio

A Valter, Valquíria, Janaina, Rosemary, Amanda, Magdiel. Francisco Sergio, Joanderson, Arizael e tantos outros colegas do meu ensino médio que embora tenha perdido contato com a maioria deles ainda me preenchem de boas lembranças de nossos momentos juntos.

Um agradecimento a Jhamily, por sua amizade e companheirismo, a Andreza, por me aguentar durante esse tempo todo, a Ayza por ser sempre uma das minhas maiores fontes de inspiração e Pâmela, que apesar de ser quase não a ver mais pelo departamento, ainda faz falta, agradeço a todas vocês por terem sido fieis companheiras nessa minha jornada acadêmica.

Agradeço também a Mísia, por sua amizade, por me proporcionar conversas tão boas e por ter colaborado muito com o presente trabalho, a Aninha, por ser uma das pessoas mais fantásticas que eu já conheci, a Julia por trazer tanta alegria por seu jeito único, a Linnie por sua sensibilidade e por ser tão boa amiga, a Jéssica por ser irrepetível e por ter uma história para contar, a Beatriz que se mostrou uma das melhores confidentes que eu já pude ter, a Laryssa ayanne por sempre ser contagiar o grupo com sua animação, a Larissa Ribeiro por sua amizade e confiança e por ser sempre tão prestativa, a Gabi que mesmo seguindo outros rumos na sua vida, indiretamente foi um dos meus referenciais de resiliência no curso, a Mirella, a dona da psicologia social e a Monique por ser esse amor de pessoa

Aos meus professores, em especial a Dellane, Ana Sandra, Wilmar, Ana Christina, Eduardo Jorge, Laercia, Marinalva e Roniere, por terem me ensinado tanto e por terem sido fundamentais para a minha formação pessoal e profissional

A minha estimada orientadora e professora Lorena, por ter além de ter comprado a ideia desse trabalho, ter me apresentado também a área com a qual decidi seguir academicamente, sendo uma das peças mais importantes da minha vida universitária.

Agradeço também aos demais membros da banca por me honrarem com sua presença, Raisa por ter sido uma das pessoas mais importantes que eu conheci na reta final do curso e com que tanto aprendi sobre pesquisas e a Edmundo, professor que a passei a admirar e a respeitar desde a primeira vez que o ouvi proferir uma única frase, e um privilégio encerrar junto com vocês

A professora Thelma e a seu grupo de extensão, que ao longo de quatro anos me ensinaram a ver muito mais longe do que eu poderia enxergar, Stenia, Joel, Leonardo, Sarinha, Dani, Lisa, Mateus e Gustavo e a todos os outros que fizeram presentes em algum momento da minha trajetória muito da dobra que eu sou hoje eu devo a vocês.

A Gilvan e a turma de supervisão por proporcionarem tanto aprendizado e trocas de experiências num ambiente e clima tão agradável que tentarei levar adiante na minha prática no futuro

Agradeço a todos aqueles que prestaram apoio, ao longo desses cinco anos, em especial a Camila, Agnes, Melissa, Franklin, Milena, Thaisa, Stephanie, Rainny, Jaqueline, Juliana, Renato, Victor, Marcelo, Joe, Diego, Ana Clara, Diego, Luan e a tantos outros que renderam algumas das melhores conversas que eu participei, gerando encontros que sempre ficaram ligados a minha memória

E finalmente a UEPB por ter me proporcionado um espaço tão rico e cheio de experiencias de sentido, nunca me esquecerei desse lugar que me exigiu muito, mas que também me deu tanto.

“O ser humano, efetivamente, é mais do que o simples produto de uns processos de aprendizagem condicionantes. É mais do que o resultado da interação entre ambiente e carga genética, mais do que o produto de umas relações de produção, E essa verdade, nós a sabemos no íntimo do nosso coração.”

Viktor Frankl

RESUMO

A presente pesquisa de caráter bibliográfico visou compreender a condição do ser homem, observada a partir do modelo hegemônico de Connel (1995;2013), que impõe uma hierarquização de gênero. Essa hierarquia envolve e caracteriza uma condição de sofrimento do homem, que invisível a este se desvela em amizades e relacionamentos superficiais e a um linguajar destituído de expressões de afetos para com os outros e além disso limitam as expressões masculinas à atos agressivos e competitivos. Ao tentarem se manter ou se colocar como superiores uns aos outros numa atuação ilusória de tentar se adequar a expectativas irreais e que contradizem as suas próprias limitações e anseios, os homens estruturam sua identidade sobre alicerces frágeis, se utilizando da agressividade como um modo de subsistir no mundo, que acarreta em modos de ser prejudiciais a si mesmo e aos seus pares, possibilitando o surgimento de preconceitos e atitudes estereotipadas, que culminam em atos violentos contra mulheres e a indivíduos homoafetivos. Frente a isso, resgatar o caráter e unicidade do sujeito se faz necessário, nesse ponto através da ideia de autotranscendência da Logoterapia do médico e psiquiatra vienense Viktor Frankl (1905-1997), na qual o homem pode ir além de si mesmo e se posicionar diante dos condicionantes externos que caracterizam uma postura inautêntica diante do mundo.

Palavras-Chave: Logoterapia. Agressividade. Inautenticidade. Masculinidade Hegemônica

ABSTRACT

The present bibliographical research aims to understand the condition of being human, observed from the hegemonic model of Connel (1995; 2013), which imposes a hierarchy of gender, this hierarchy involves and characterizes a condition of human suffering, which invisible to this is revealed in superficial friendships and relationships and a language devoid of expressions of affection for one another, and they limit male expressions to aggressive and competitive acts. In attempting to stand or stand above one another in an illusory act of trying to conform to unrealistic expectations and contradicting their own limitations and longings, men structure their identity on fragile foundations, using aggressiveness as a way of subsisting in the world, which leads to ways of being harmful to oneself and to their peers, allowing the emergence of stereotyped prejudices and attitudes, culminating in violent acts against women and homosexual individuals. In order to recover the character and uniqueness of the subject, it is necessary, through the idea of self-transference, the logotherapy of the Viennese physician and psychiatrist Viktor Frankl (1905-1997), in which man can go beyond himself and stand before the external factors that characterize an inauthentic posture before the world.

Keywords: Logotherapy. Aggressiveness. Inauthenticity. Hegemonic Masculinity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I: A DESCOBERTA DO GÊNERO: CONSTRUÇÃO SOCIAL DA MASCULINDADE	16
1.1. Contexto histórico	16
1.2. Contexto psicológico	18
1.3. Contexto filosófico.....	20
1.4. Gênero e masculinidades.....	24
CAPÍTULO II: AGRESSIVIDADE E VIOLÊNCIA: SOCIALIZAÇÃO E PERSPECTIVA DE GÊNERO	32
2.1. Agressividade e violência	32
2.2. Violência de gênero	35
2.2.1. Homofobia	36
2.2.2. Violência contra a mulher	38
2.3. Agressividade masculina	42
CAPITULO III: A PRESENÇA IGNORADA DE SI	45
3.1. Princípios básicos da logoterapia.....	45
3.2. Sentidos e valores na masculinidade.....	48
3.3. Autenticidade e inautenticidade	52
3.4. Tríade do vazio e inautenticidade masculina	55
3.5. Agressividade e autotrânscendencia	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
REFERÊNCIAS.....	63

INTRODUÇÃO

A masculinidade, enquanto uma das inúmeras ramificações dos estudos de gênero, tem se mostrado hoje um dos campos mais profícuos ao desenvolvimento de estudos que visem novas formas de conceber a posição do homem moderno enquanto algo além do circunscrito dentro de um estereótipo. O presente trabalho surge a partir de uma inquietação pessoal frente as exigências externas que condicionam os homens de se alinharem a uma representação social predefinida, sob o risco de sofrer represálias quando tal imagem não é assimilada.

Paralelo a essa inquietação, questionar e tentar compreender a partir de que essa posição foi construída, bem como os mecanismos que a legitimam e garantem a manutenção dessas relações foi o objetivo inicial desse trabalho. Se optou por enfatizar apenas os aspectos sociais, uma vez que a análise de múltiplas dimensões do sujeito, como biológica, psicológica e espiritual, fugiria da objetividade do estudo por ampliar demais a questão, ainda assim alguns apontamentos breves a essas unidades temáticas são referenciados ao longo do texto.

A escolha da literatura utilizada se deu a partir da busca de um referencial teórico que abordasse diretamente a temática escolhida, onde os demais autores foram correlacionados a partir da proximidade e possibilidade de seus construtos teóricos serem associados de alguma forma com os modos de ser da masculinidade. De modo que os autores selecionados foram aqueles com os quais já tinha tido algum contato durante a graduação.

Dentre a literatura disponível, encontrou-se na proposições de Raewyn Connel (1944 -) o amparo necessário para enxergar os vieses dessa representação masculina no imaginário coletivo, ao traçar o gênero enquanto algo distinto dos caracteres biológicos, mas sim enquanto uma configuração de uma prática em torno daquilo que as pessoas efetivamente fazem, associa os estereótipos masculinos como pertencentes a um modelo hegemônico de gênero, privilegiado em relação a feminilidade e a homoafetividade, bem como a todas as masculinidades fora desse modelo.

Preconizando um modelo de homem que se efetiva no mundo através da agressividade e competitividade, que demonstra uma insensibilidade afetiva, que não se preocupa com a própria saúde ou que cuida de si mesmo, e que circunscreve sua personalidade a partir de uma sexualização permanentemente a florada, a ideia de um modelo hegemônico, se assemelha mais a uma ilusão do que a fato real, uma vez que ninguém consegue abarcar totalmente esse modelo, que funciona muito mais que uma idealização difundida no imaginário masculino e reforçada socialmente, de modo que os homens a perseguem enquanto referencia o que acaba estimulando diversos comportamentos estereotipados.

Procurou-se assim estabelecer as relações desse modelo hegemônico e como eles interferem de forma negativa com o ser-homem, legitimando atitudes e comportamentos agressivos frente a seus semelhantes e prejudicando o próprio desenvolvimento masculino, já que a hegemonia, subtende uma espécie de subjetividade social que inibe o surgimento do indivíduo autêntico.

Para traçar um caminho frente a essa agressividade, foi utilizado as proposições do psiquiatra vienense e fundador da Logoterapia Viktor Frankl (1905-1997) que encara a agressividade com pertencente a tríade das neuroses da massa, que caracteriza o homem moderno. Com relação a inautenticidade foi buscado no próprio fundador do conceito, o filósofo alemão Martin Heidegger (1889-1976), o arcabouço teórico utilizado para estabelecer os caminhos que tínhamos que percorrer a fim de compreender a posição relativa do homem frente a seus condicionantes. Dito isso, o presente trabalho está estruturado em três capítulos.

O primeiro capítulo, faz referência a construção da ideia de gênero, essencial para se discutir a questão do masculino. Nesse capítulo traçaram-se três caminhos de interpretação de gênero a partir do contexto histórico, psicológico e filosófico, implicado pelo movimento feminista, que passa a questionar os valores vigentes no período do pós-guerra, os estudos psicanalíticos de Freud e Adler, uma vez que ambos são vitais para se entender o contexto científico da psicologia na época do fundador da logoterapia, e as implicações das correntes estruturalistas e pós estruturalistas ao propor uma destronação do eu frente aos condicionantes externos e suas possíveis relações com a temática das masculinidades, para então inserir os estudos de Connel (1995;2013) e caracterizar nosso objeto de estudo.

O segundo capítulo, traz um olhar histórico sobre a agressividade enquanto humano, e principalmente como demarcador masculino, onde procurou-se além dessa análise, a busca de dados estatísticos que corroborassem e demonstrassem essa relação do homem com a agressividade, bem como as implicações jurídicas e medidas tomadas a essa questão. Essas medidas entretanto se mostraram a partir do referencial utilizado insuficientes para contemplar essa questão, uma vez que desconsideram essa masculinidade enquanto construção social e traçam medidas que só culpabilizam o sujeito sem permitirem a esses se responsabilizarem e se implicarem na mudança, daí o papel da Logoterapia como proposta de enxergar essa questão de modo diferenciado e humanizado.

Já o terceiro e último capítulo, traçou-se brevemente alguns conceitos da Logoterapia, os correlacionando com antagonistas as expressões e atitudes estereotipadas dos homens, assumindo assim através da exposição de Heidegger sobre a ideia de autenticidade e inautenticidade, como o modelo hegemônico é danoso a subjetividade masculina, impelindo o

homem a agir conforme o que os outros querem, ou a querer o que os demais querem assumindo uma postura conformista ou totalitarista diante de si, e ignorando a si mesmo e assumindo uma vida inautêntica e irreal.

A questão aqui colocada, detém um alcance amplo e igualmente desafiador, de modo que se pretendeu a partir de um recorte da realidade masculina uma reflexão acerca de um modo através do qual seja possibilitada ao homem a livre expressão do seu si mesmo, tão oculto em meio aos seus condicionantes, mas ainda assim tão possível. Para isso nos utilizamos da visão fenomenológica-existencial da Logoterapia, no intuito de traçar-se outros contornos e novas formas de conceber essa questão e de como isso possa vir contribuir no impedimento a consumação de tantos atos de violência perpetrados por homens para com seus semelhantes.

CAPÍTULO I:

A DESCOBERTA DO GÊNERO: CONSTRUÇÃO SOCIAL DA MASCULINDADE

1.1. CONTEXTO HISTÓRICO

O século XX foi provavelmente um dos períodos mais controversos da história da humanidade, embora tenhamos, enquanto espécie realizado avanços inimagináveis a nível tecnológico e científico, muitos desses avanços se configuram como consequências indiretas de catástrofes e incertezas que nos faz questionar se realmente havíamos feito algum progresso, já que a nível de humanidade nunca pareceu que seria possível decair tanto puramente em virtude de interesses econômicos.

Se por um lado as grandes guerras que demarcaram esse período trouxeram esse desencantamento com a humanidade, por outro elas trazem consigo uma importante contribuição a causa feminista que até então se limitava ao direito ao voto e a participação na vida pública e política que caracterizava a primeira onda feminista, nesse ponto o desenlace da segunda guerra mundial foi decisivo.

Os países do eixo Alemanha e Itália preservavam um papel estritamente materno as mulheres durante a segunda guerra ao considerar que as mulheres deveriam permanecer distante das questões políticas e militares. Com a saída dos homens para a frente de batalha, as mulheres passam, então, a atuarem e ocuparem cargos e funções tipicamente masculinos, atuando mais fortemente nas fabricas, enfermarias e em diversas outras ocupações, porque a necessidade e escassez de mão de obra evidencia as necessidades do capital se apropriar de um público historicamente marginalizado das relações de produção.

Além disso, possuiriam posteriormente uma presença marcante no próprio conflito, já que a partir de 1941 elas podiam se alistar no serviço militar. De início o alistamento foi voluntário, porém, com o avançar do conflito tal inserção mudaria completamente toda a dinâmica familiar construída até então. Após o termino do conflito as mulheres casadas conquistaram o direito de exercerem cargos administrativos, algo impensável até o início do século XX no qual as mulheres eram proibidas de exercerem cargos corporativos.

As duas grandes guerras trazem consigo questionamentos até então não colocados em pauta, abre feridas que nunca serão cicatrizadas e escancara as fragilidades dos seres humanos enquanto espécie que se elegiam superiores. E em meio a esse debate que o discurso feminista emerge com mais força, pois já que se as mulheres eram capazes de desempenhar as mesmas funções masculinas, porque haveriam de ganhar menos? Porque elas deveriam se manter dentro da redoma familiar a espera de um marido que provesse o sustento familiar, se ela mesmo

poderia ser capaz disso também? Com isso o lócus ocupado por diferentes grupos passa a ser questionados durante o pós-guerra, mas do que isso no contexto da segunda metade do século XX e de todo o clima de instabilidade política advinda da guerra fria, bem como dos avanços bélicos da era atômica capazes de exterminar populações inteiras em um nível nunca antes concebido, leva a uma espécie de esfacelamento das utopias de progresso que marcaram a modernidade. A partir da década de 1960 as reações populares diante da descrença do ideário capitalista e socialista atinge um nível de insatisfação que se desvela através dos movimentos sociais.

Os mais diversos grupos saíam as ruas expressando desejos por mudanças políticas, econômicas e sociais visando assim uma separação dos valores vigentes das gerações anteriores e propondo a construção de novos parâmetros a fim de guiar uma sociedade em crise. Entre as manifestações estadunidenses contra a guerra do Vietnã e discriminação racial, aos protestos dos estudantes franceses em 1968 ao sistema de ensino, cada um desses movimentos expressava certo descontentamento com a sociedade em geral.

É em meio a essa intensa mobilização política que o movimento feminista ganha força, sendo inspirado em muitas ideias pela obra *O Segundo Sexo* da escritora francesa Simone de Beauvoir, que em sua publicação em 1949, analisa as raízes da opressão feminina e o desenvolvimento psicológico da mulher a partir das condições sociais que interferem nesse processo. Nos anos 1960 e 1970, as ações do movimento tornam-se mais contundentes, a partir do surgimento da figura de Betty Friedan, uma líder feminista estadunidense que além de ser uma das fundadoras da NOW (Nacional Organization for Women), que da origem ao Movimento de Libertação da Mulher e autora do livro *A Mística Feminina*, publicado em 1963 na qual questiona a posição feminina na cultura estadunidense, que limitaria a mulher a assumir unicamente o lugar de esposa e mãe, sendo sujeita a um aparato social que reafirmaria essa condição. E a partir desse debate da condição da mulher na sociedade que surge a chamada segunda onda do feminismo que vai muito além da reivindicação de direitos políticos que caracterizaram a primeira onda feminista na virada do século XIX ao XX. A Segunda Onda feminista além de chamar as militantes para atuarem nas lutas feministas, as convocavam também nas lutas pelos direitos civis dos negros norte-americanos e pelo fim da Guerra do Vietnã. Dessa forma, o movimento feminista foi ganhando corpo, e passou a garantir o seu espaço no mundo ocidental (ALVES & ALVES, 2013).

E nesse contexto que surge a problematização da ideia de gênero, tal campo acaba encontrando amparo em um arcabouço filosófico estruturalista, tendo autores como Michel Foucault (1926-1984) como referência na dissolução do sujeito tal qual era preconcebido, além

de outros autores do campo fenomenológico como proposição de um olhar diferenciado acerca do fenômeno do gênero.

1.2. CONTEXTO PSICOLÓGICO

O século XX, em contraponto ao pensamento do século anterior, traz consigo uma ruptura ao paradigma positivista que caracterizou todo o pensamento ao longo da segunda metade do século XIX. O positivismo que anteriormente surgia como uma resposta a quebra proporcionada pelo iluminismo e pelo surgimento da sociedade industrial e que propunha um rigor científico pautados em experimentações que pudessem serem replicadas, medidas e provadas, numa atitude que fragmentava e desumanizava o sujeito. Isso passa então a ser questionado enquanto forma de se chegar ao conhecimento.

A psicologia surge em meio a esse contexto, inicialmente experimental com os estudos do médico alemão Wilhelm Wundt (1832-1920) num laboratório montado na universidade de Leipzig na Alemanha em 1879, que visava mensurar nesses parâmetros a experiência imediata, referindo-se a experiência tal como apreendida pelo observador. A partir desses estudos iniciais, diversas outras teorias surgem, como a Psicanálise, behaviorismo, cognitivismo, humanismo e as abordagens fenomenológicas. Nesse trabalho serão privilegiadas aquelas que mais se aproximaram das influências da Logoterapia, uma vez que ela é a linha que optamos por delinear no nosso trabalho.

O médico vienense Sigmund Freud (1856-1939), diferentemente de autores anteriores não prende a psicologia num contexto acadêmico, mas a expande para a comunidade em geral, auxiliando diretamente as pessoas. A sua contribuição ao progresso científico da psicologia é incontestável, a tal ponto em que Freud (2014) se referia a sua teoria do inconsciente enquanto terceira ferida narcísica da história da humanidade¹ ao colocar que o “eu não é mais senhor em sua própria casa”², traçando uma realidade oculta que interferia diretamente na racionalidade, tão valorizada na lógica positivista. Freud elencava assim um antagonismo entre o princípio do prazer e o princípio da realidade, como aquilo que guiaria o sujeito em suas escolhas e motivações. Além disso a ênfase que deu a sexualidade ao apontar segundo Foucault (1990) o papel fundamental desta no comportamento e nas relações interpessoais foram declarações tão subversivas a época que exigiu do seu criador diversas comprovações a fim de rebater todas as

¹ sendo a primeira atribuída ao heliocentrismo de Nicolau Copérnico (1473-1543) que destituiu a terra do centro do universo e a segunda referente a teoria de Charles Darwin (1809-1889) acerca da evolução das espécies, que tira o homem de seu pedestal e o posiciona como um mero desdobramento em meio aos demais seres vivos

² Ibid. pág. 295

críticas que a psicanálise despertou numa sociedade conservadora, historicamente marcada repressão sexual.

Laplanche (2003) apud Lattanzio (2011) afirma que Freud, apesar de tocar na temática da sexualidade num período onde tal temática era negligenciada do debate científico nunca chegou a usar o termo gênero, uma vez na língua alemã, a palavra *Geschlecht*, significa e indistintamente, “sexo” e “gênero”, no entanto apesar de não utilizar o termo gênero, implicitamente em sua teoria Freud traz uma instância psíquica da sexualidade que poderia corresponder àquele. Essa noção se apoia num determinante que privilegia o sexo masculino, a saber a noção de falo.

Com isso o feminino ficaria colocado numa posição daquela que não detém o poder onde as mulheres buscariam uma compensação pela sua ausência do falo, sendo que o filho viria como um substituto do falo. Por maior que tenha sido as contribuições dadas a psicologia por Freud, sua teoria ainda está permeada pelas diretrizes científicas de sua época, ainda que tentasse compor uma teoria mais geral do homem, sua psicanálise ainda se fixa na descrição de processos psicofísicos, orientada numa lógica mecanicista do sujeito, mas mesmo assim o movimento que Freud inicia ao colocar a sexualidade em evidência foi fundamental para o desenvolvimento das discussões de gênero, uma vez que tal teoria se insere em todo um contexto que coloca a temática presente ainda mais em foco.

Alfred Adler (1870-1937) fundador da chamada psicologia individual, desacreditava na premissa freudiana do princípio de prazer como critério de básico da motivação e propunha então que o indivíduo seria regido por um desejo de superioridade, a partir da relação do indivíduo com o ambiente social que suscitava sentimentos de inferioridade e de compensação, esses sentimentos se manifestariam de acordo com Adler (1957 p. 123) na “atitude fundamental do indivíduo em sua luta pela segurança, e pela satisfação das três grandes exigências da vida: o amor, o trabalho e a vida social”.

Diferentemente de Freud, Adler mais incisivamente como a sociedade configura certas vantagens aos homens através da sua dominação sobre as mulheres, sendo que tal diferenciação já surgiria na infância onde meninos seriam mais valorizados que as meninas pelos próprios pais, já que “é bem sabido que, com grande frequência, os pais preferem ter filhos homens a ter filhas”³. Sendo o masculino então mais valorizado a mulher buscaria então nele uma referência que “causaria sérias perturbações no desenvolvimento psíquico das mulheres”⁴, sendo que o próprio autor trazia que para que houvesse uma mudança nesse cenário, teria que haver uma

³ Ibid. 128

⁴ Ibid. 135

mudança na própria mulher, que ainda se vê nesse posto de inferioridade frente ao homem, tentando alcançá-lo ao reproduzir comportamentos que faziam a manutenção dessa relação, nisso o Adler aponta que “ o erro da inferioridade da mulher, e seu corolário – a superioridade do homem – perturbam constantemente a harmonia entre os representantes dos dois sexos”⁵

Considerada como a terceira escola de psicoterapia de Viena, uma vez que a psicanálise de Freud e a psicologia individual de Adler, são respectivamente as outras, a Logoterapia de Viktor Frankl (1905-1997) foi profundamente influenciada por essas escolas, sendo que na constituição de sua teoria traz uma visão que contempla a necessidade histórica de compreensão mais global do homem. Tecendo críticas a ambas as escolas por posicionarem diversos condicionantes biológicos, psicológicos e sociais, para caracterizarem o sujeito, enquanto a psicologia individual buscava uma conformação do sujeito a realidade, a partir da superação do complexo de inferioridade através dos mecanismos de compensação, a psicanálise tentaria buscar um equilíbrio entre o inconsciente e as exigências da realidade, ambas portanto trazem uma visão parcial do que é o homem, segundo Xauza (2013):

A logoterapia de Viktor Frankl aparece-nos como um caminho terapêutico para encontrar resposta à indagação de cada homem, e em particular do homem que vive este momento histórico, fundamentada em uma compreensão do homem como ser e de sua problemática neste século. Esta resposta não tem a finalidade de adaptá-lo somente às funções internas, nem responder às tensões impulsivas causadoras de conflitos intrapsíquicos, interpessoais ou sociais de caráter paroquial para alcançar a homeostase psicofísica ou bem-estar social e econômico, mas buscar a solução da tensão existencial da própria vida do homem. (XAUSA, 2013, pág.103)

. Uma vez que Frankl atribuía tal tensão a um sentimento de falta de sentido do homem em sua vida, sentimento pois potencializado ainda mais por todas as crises e rupturas que caracterizaram o século XX. Frankl não escreve diretamente sobre as relações entre homens e mulheres, mas Lukas (1990) aponta que dado tantas mudanças ocorridas nas últimas décadas as mulheres em meio a sua luta por direitos iguais são mais suscetíveis de entrarem em crise de falta de sentido do que homens pela perda do referencial da posição ocupada na família, mas por outro lado a grande variedade de posições oferece algo ainda melhor, a de poder escolher aquilo que elas querem ser.

1.3. CONTEXTO FILOSÓFICO

Com o questionamento do positivismo ao longo do século XX, enquanto método do fazer ciência surge no âmbito filosófico novas proposta de como se chegar aos conhecimentos,

⁵ Ibid. 146

tais propostas indo além de um olhar reducionista do sujeito tentavam abarcar a totalidade do indivíduo. Xausa (2013) aponta como representantes desse movimento o pragmatismo norte americano e inglês, o historicismo alemão, que rompem com as diretrizes racionalistas, na busca de uma concepção da realidade mais concreta, e a fenomenologia que através de um método característico, alcançaram profundos avanços no campo filosófico e psicológico, seus principais representantes Edmund Husserl, e Martin Heidegger, pensadores essenciais para o desenvolvimento da Logoterapia, assim como o trabalho de Max Scheler com a sua antropologia filosófica.

No que se refere a fenomenologia, de acordo com Husserl (2000), ela se caracteriza tanto por um método quanto uma atitude intelectual, ela não se orientava a uma atitude empirista, que levava em consideração as coisas aparentes, buscava sobretudo alcançar as essências, o retorno as coisas mesmas, a partir da observação no presente do fenômeno enquanto realidade concreta e situacional, se utilizando da intuição como instrumento para se chegar ao conhecimento. Buscando descrever como os fenômenos se apresentam a consciência, na medida que o fenômeno em si, chega a consciência somente enquanto representação universal de algo, de um fato, que pode ser denominado de essência eidética.

Ultrapassando as aparências, chega-se aos fatos para isso, que exigem então um epoché, onde observador abre mão de suas experiências e valores preexistentes para se debruçar sobre o fenômeno de forma aberta e compreensiva, um olhar fenomenológico dentro da análise proposta nesse trabalho seria um olhar voltado para entendimento das relações de gênero, onde embora seja algo socialmente posto, encobre a experiência subjetiva nas partes envolvidas, visando talvez enxergar o homem não enquanto aquele que se constitui através do patriarcado, mas como um agente envolto nesse processo.

A antropologia filosófica de Max Scheler, de acordo com Xausa (2013) traz em seu entendimento a noção de uma unidade do sujeito, algo que o distingue da facticidade psicofísica, esse algo e a conotação do espiritual, enquanto algo único e individual, aquilo que se opõe a totalidade de influências, o espírito distingue o homem dos demais animais e de todas as outras formas de condiciona-lo.

Se opondo as essas visões temos ainda os autores estruturalistas tal como Foucault, Lacan, Levi-Straus e diversos outros que de modo geral, preconizam um sujeito que não se constitui autoconsciente, livre ou criativo, mas absorvido em estruturas biológicas, sociológicas, psicológicas e econômicas, a ideia de estrutura aqui está colocada, enquanto algo fixo e estável, o Estruturalismo possui uma abrangência e ampla, não possuindo um linha teórica única que enquadrem todos os seus autores e teorizações, ela se mostra muito mais como

uma series de propostas que tem em comum, uma espécie de comunhão em coibir e reinterpretar exaltação do eu em relação ao seu meio, essa visão de estrutura foi depois contraposta pelos autores pós estruturalistas, que trazem para o debate ao incluir a historicidade do sujeito, ao refletir sobre os processos que possibilitariam a transformação, descontinuidade e repetição das estruturas, além de tecerem críticas em relação ao retorno ao método positivista assumido pelos estruturalistas na interpretação da realidade, porém esmiuçar tal distinção e contiguidade entre ambas as perspectivas, vai, muito além do âmbito desse trabalho, portanto vamos nos deter

precisamente sobre alguns autores no intuito de caracterizar melhor essa relação entre o estruturalismos e as abordagens fenomenológicas, salvaguardando as distintas interpretações teóricas de cada uma sobre a sua forma de conceber a masculinidade, objeto de nossos estudos

Dreyfus e Rabinow (1995, p. 232), colocam que Foucault enquanto historiador, ao tentar compreender os modos através do qual os seres humanos se tornam sujeitos, envolve a questão do poder, uma vez que “enquanto o sujeito humano e colocado em relações de produção e significação, é igualmente colocado em relações de poder muito complexas”. Um dos conceitos principais da teoria foucaultiana, a ideia de poder, foge da perspectiva de um estado que o detém, mas é encarado como algo que age sobre si mesmo, que garante a manutenção e reprodução das relações entre os sujeitos, sejam elas econômicas ou de força, nas palavras de Foucault (2004):

É preciso não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras; mas ter bem presente que o poder não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detém exclusivamente e aqueles que não o possuem. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. (FOUCAULT, 2004, p. 193)

Em sua obra *A história da sexualidade*, Foucault (1990) questiona a relação da sexualidade com os códigos morais de cada época e demonstra como a noção de poder disciplinar se insere nessa dialética. A ideia de poder disciplinar e entendida como um instrumento a serviço dos aparelhos e instituições do estado que atua nos corpos dos sujeitos se utilizando da punição e a vigilância como mecanismos para adestrar e docilizar o sujeito, tal noção se aplicaria a normatização da submissão do corpo e da sexualidade feminina através da pressão exercida pela sociedade, chamada ai de patriarcal, uma vez que tal paradigma tem amparo numa relação assimétrica de gênero.

A partir da naturalização de uma conduta, de uma posição a ser ocupada pelo masculino e feminino na sociedade, se estabelecem critérios de normalidades a serem seguidos. Bourdieu (2012) ao analisar tal situação traz à tona aquilo que chama de paradoxo da doxa, ao questionar porque o mundo se configurar dessa maneira e não de outra, ou porque não há um número mais expressivos de transgressões nessas normas, salvo algumas exceções históricas. Nas palavras do autor:

Também sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento (BOURDIEU, 2012, p. 07-08)

A acepção de violência simbólica pode ser encarada como os mecanismos históricos que legitimam e naturalizam uma divisão sexual, tais mecanismos, como o mito, língua, a arte e a ciência, enquanto instrumentos a serviço do conhecimento e da comunicação, teriam para além disso um papel político de impor e garantir essas relações de dominação, através de significações e representações do mundo, estando subjacente a isso a censura de outros modos de conceber essas relações (BOURDIEU, 1998)

Tais relações de poder porém ficam obscurecidas dentro dos estudos feministas, e o que aponta Nolasco (1993) que traz a discussão que nos estudos feministas geralmente homem é referenciado como uma categoria genérica e destituída de identidade, visto unicamente como opressores das mulheres, sendo então ignorado todas essas relações que estão subjacentes a opressão feminina, uma vez que segundo o autor “nem todos os homens desejam estar identificados com a falocracia”⁶, interpretada como o papel social atribuído ao masculino.

O feminismo nos surge como um fruto de várias transformações experienciadas pelos indivíduos ao longo da história, que acabaram por culminar numa crise no sentimento de identidade e questionamento do porque as relações se constituem e se mantêm dessa forma. É na busca da autonomia do sujeito frente a essas relações de dominação que movimento feminista se constitui visando questionar posições cristalizadas e propor novos espaços para a inserção do indivíduo nos discursos, e nesse tipo de discussão que acaba levando o feminismo a ser tornar uma referência reflexiva para se pensar a condição masculina, aparecendo de acordo com Nolasco⁷ para rever muito mais do que a condição masculina como também para os grupos que sofrem discriminação racial e de escolha sexual.

⁶ Ibid. 19

⁷ Ibid. 20

Esse tipo de discussão vai muito além de repensar a opressão feminina sendo necessário também repensar o próprio conceito de masculinidade assim como suas implicações socio-históricas, muito além de questionar a figura do ser masculino heterossexual branco, e de perceber e refletir o não-lugar reservado a figura feminina nas ciências e a sociedade em geral. Dessa maneira possibilitamos pela primeira vez aos homens uma concepção de possuírem um gênero socialmente construído (SOUZA, 2013) gerando novas concepções acerca das identidades sexuais étnicas e das relações de poder entre os gêneros.

1.4. GÊNERO E MASCULINIDADES

Encarar a ideia de gênero enquanto categoria de análise, porém e algo metodologicamente complexo já que segundo Scott (1995 p. 4), os primeiros estudos feministas se propunham a inscrever as mulheres na história, tentando “incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva quanto as atividades públicas e políticas”, tal iniciativa implica muito além da criação de uma nova história das mulheres, pois dar margem a uma nova concepção da própria história, tais proposições segundo a autora tentavam compreender as relações de gênero através de proposituras teóricas do patriarcado, teorias materialistas-históricas e teorias psicanalíticas.

As teorias do patriarcado visavam explicar a origem do dito fenômeno e explicavam este como uma espécie de necessidade do masculino em dominar as mulheres, essas teorias assinalavam posições distintas e desiguais em detrimento do feminino para com o masculino. Nesse sentido a libertação das mulheres de tal condição estaria em compreender essa contradição, já que nada além da própria desigualdade na relação sexual explica porque ocorre dessa forma, e a partir desse entendimento as mulheres pudessem partir para a ação política. Embora focada na desigualdade de gênero, Scott tece uma crítica a essa configuração já que “enquanto estas teorias propõem uma análise interna ao sistema de gênero, afirmam igualmente a primazia desse sistema em relação à organização social no seu conjunto”⁸, ao mesmo tempo em que não conseguem explicar como a desigualdade de gênero se relaciona com outras desigualdades. Outro ponto e que essas teorias estão pautadas em diferenças físicas, o que daria um caráter universal e imutável a essa condição.

Na linha do materialismo dialético, as teorias ai categorizadas, são guiadas por uma teoria da história, no qual a história da submissão das mulheres ocorre em paralelo ao processo de desenvolvimento econômico capitalista, isso se dá a partir de uma associação entre o patriarcado e o capitalismo no que se refere a origem da propriedade privada e da família

⁸ Ibid p.10

monogâmica, já que entendiam que a configuração da família, o lar e a sexualidade, são decorrentes de mudanças nos modos de produção. A crítica da autora nessas teorias e que ainda que analisem de forma ampla os antagonismos subjacentes as classes sociais, ainda se mostram insuficientes para a compreensão dos aspectos psicológicos das relações de gênero, já que reduzem isso a determinantes econômicos.

No que concerne as teorias psicanalíticas, seu intuito é o de compreender as relações sociais no qual os indivíduos estão inseridos e as suas consequências psíquicas. Scott elege duas escolas para fazer suas considerações acerca das contribuições ao debate sobre o gênero. A primeira é a escola Anglo-Americana, que se devolve a partir do trabalho de Nancy Chodorow e Carol Gillian baseado na perspectiva das relações objetais, tal perspectiva se distingue da aceção original que Freud deu ao objeto, entendido como tudo aquilo que pudesse satisfazer o instinto, seja pessoa, atividade ou objeto, tendo isso em vista, as relações objetais se refeririam as tentativas de um sujeito de responder a uma situação na qual há uma necessidade de interagir a um objeto externo ou interno, avaliando-se se tal interação terá influência no seu funcionamento psíquico, (FONSECA ET AL. 2013) enfatizando a experiência concreta da criança relacionada aos seus cuidadores propondo assim um paradigma diferente quanto ao papel dos impulsos na formação e expressão da sexualidade.

A segunda escola é a escola francesa, tendo em Jacques Lacan o principal mediador e que acredita dar um papel importante a linguagem na compreensão da identidade de gênero, a linguagem nesses termos é tida como algo que antecede o domínio da palavra, envolvendo sistemas de significação e ordens simbólicas, isso envolve até a concepção de falo, já que de acordo com Lacan ele assumiria uma posição simbólica encerrando a dicotomia freudiana da inveja do pênis, alvo de tantas críticas pelo movimento feminista. Além disso nessa visão. o que chamamos de “homem” e “mulher” é tida não como algo inerente a condição do sujeito, mas sim uma elaboração subjetiva, a partir de uma identificação imaginária do sujeito após o Édipo.

Apesar de ambas escolas se interessam pelos processos através dos quais se dá o desenvolvimento da criança com o objetivo de encontrar indicações sobre a formação da identidade de gênero as críticas que Scott (1995) faz a perspectiva das relações objetais e que elas mostram uma interpretação que se limita ao ambiente doméstico, desconsiderando a influência de outros fatores como economia, política e poder, além de não explicar o porquê da associação da masculinidade com o poder, enquanto instrumento para subordinar as mulheres, ou mesmo como tal relação é aprendida mesmo quando as responsabilidades são igualmente divididas pelos pais, ou quando a família não adota um padrão nuclear. Quanto a visão

Lacanian a crítica feita e que há uma tendência dessa teoria em legitimar um antagonismo subjetivamente construído como aspecto característico do gênero. Scott pontua que “o falo é o único significante; o processo de construção do sujeito de gênero é, em última instância, previsível, já que é sempre o mesmo”⁹, e isso por si só já desconsidera a importância da construção da subjetividade em contextos históricos e sociais. Mesmo que a identificação de gênero, aparente ser coerente e fixa a autora pontua que ela ainda se mostra instável já que o se chama de masculinidade baseia-se na repressão necessária dos aspectos femininos. Desejos reprimidos são presentes no inconsciente e constituem uma ameaça permanente para a estabilidade da identificação de gênero, negando sua unidade e subvertendo sua necessidade de segurança. Ademais, as ideias conscientes do masculino e do feminino não são fixas, já que elas variam segundo os usos do contexto.

Tais análises, de acordo com Scott se especificam em coisas óbvias da relação homem e mulher, a citar família, criança, etc., não se atendo a temas de relevância social como guerras, políticas, deixando o gênero fora de reflexões mais profundas. Tal assertiva é importante por dar margem a um debate mais interdisciplinar no campo de estudos das masculinidades e feminilidades. Já que nesse campo a distinção entre sexo e gênero envolva uma cisão histórica entre as ciências humanas e as ciências da natureza, a partir da elaboração de uma epistemologia própria e distinta uma da outra. Na discussão atual sobre a temática de gênero ainda se pode ver um antagonismo em natureza e cultura no que se refere da compreensão da sexualidade humana, onde cada abordagem faz sua própria leitura sendo estas geralmente conflitantes uma com a outra (LAURENTI & OKA, 2018).

É a partir dessa discussão que Scott (1995) nos propõe a analisar a categoria gênero em duas vias tanto no que se refere as relações sociais demarcadas pelas diferenças entre os sexos quanto uma significação através das relações de poder existentes no campo masculino e feminino. Connel (1995) fala que discutir acerca de gênero envolve muito mais do que as relações entre homens e mulheres, gênero e algo amplo que envolve sexualidade, família, economia e estado, se mostrando muito mais complexo do que as dicotomias dos papéis sexuais ou da biologia reprodutiva.

Delimitado isso, no que circunscreve o estudo das masculinidades, Connel nos propõe que “diferentes masculinidades são produzidas no mesmo contexto social”¹⁰ na qual um modelo hegemônico socialmente desejado de masculinidade agruparia outras masculinidades ao seu entorno, além disso o autor considera as teorizações freudianas acerca de como a

⁹ Ibid. p. 16

¹⁰ Ibid. p. 189

personalidade adulta era um sistema sob tensão, com contracorrentes reprimidas, mas que não deixariam de existir, estando sempre o homem condicionado a modos pre determinados de agir, como forças invisíveis que orientam as atitudes dos sujeitos sem que eles muitas vezes percebam.

No senso comum tanto a masculinidade quanto a feminilidade, se mostram assim como categorias detentoras de uma espécie de subjetividade de gênero, na qual e atribuído a um dado sujeito uma identidade sexual inerente ao sexo biológico, em que qualquer desvio de um padrão de comportamento socialmente esperado o levará a sofrer diferentes tipos de represálias sendo estas sutis ou não. A infância, enquanto período de inserção aos mecanismos de socialização, e profundamente demarcada por uma delicada relação no que circunscreve aos papéis de gênero a serem desempenhados por meninos e meninas. No encargo desse dispositivo, estão principalmente a família, que de acordo com Nolasco (1993, p. 40) “mesmo com todas as mudanças sociais, sobre os filhos se deposita uma expectativa de ação e sobre as filhas, uma de recato”. Posteriormente a partir da escolarização da criança, a educação se alia à família nessa função. Onde determinados comportamentos são impostos e certas características e expressões das crianças, a partir da suposição de papéis constitutivos de seu gênero, são cobradas de acordo com seu sexo biológico.

Essa espécie de determinismo biológico enquanto uma configuração de um destino previamente designado e inquestionável, se mantém ainda por outras instituições a partir de uma visão de valores e de discursos historicamente enraizados, que se mostram resistentes a mudança, como a religião e o próprio senso comum, que embora tenha sido reestruturados para uma orientação mais secularizada a partir da modernidade, o discurso, ainda se mantém através da manutenção de posições de poder a serviço de pensamentos hegemônicos.

Os modelos de masculino e feminino se mostram assim, muitos mais históricos e sociais do que biológicos, nos quais suas normas e parâmetros vão sendo construídos gradativamente, sendo utilizadas pelas instituições diferentes estratégias que legitimariam as atitudes esperadas. Através de jogos, de brinquedos, da televisão e diversos outros instrumentos vão sendo transmitidos as diferenças “biológicas” características do temperamento entre os sexos, esse tipo de conotação corrobora com a atribuição de papéis às mulheres as funções ligadas ao ambiente doméstico, como a manutenção do lar, a criação dos filhos e, principalmente, uma representação da feminilidade que caracteriza a identidade feminina enquanto passiva e sentimental e de sexualidade retraída. Já ao homem são atribuídas funções relacionadas à esfera social, como a sustentação financeira e o desempenho do papel de liderança da família, sua identidade passa representada através de um papel ativo, racional, cheio de virilidade, livre de

sentimentalidades e com a sexualidade aflorada. Nesse sentido Amâncio (p. 10, 1992) revela que “estudos sobre estereótipos sexuais mostram que os traços de instrumentalidade, independência e dominação são associados ao masculino e que os traços de expressividade, dependência e submissão são associados ao feminino”. De onde viria então essa concepção naturalizante das posições ocupadas por ambos os gêneros?

Até os anos 70 o gênero masculino era compreendido como “papel do sexo masculino”, segundo Connel (1995, p.187) “isso significava, essencialmente um conjunto de atitudes e expectativas que definiam a masculinidade apropriada”, tal conceito tem diversas falhas, desde não contribuir na compreensão de questões relacionadas ao poder, violência e desigualdade material, até enxergar a masculinidade como algo simplista. Connel opta por definir a masculinidade como uma “configuração de prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero”¹¹, encarada dessa forma a noção de uma configuração de prática significa enfatizar aquilo que as pessoas realmente fazem, não no que delas seria esperado ou imaginado.

Nesses termos, a partir da crítica ao papel sexual masculino que a autora põe as bases da ideia de masculinidade hegemônica, postulando a existência de relações de poder no processo de construção da masculinidade. Essas relações de poder ficam evidentes a partir do exercício de múltiplas formas hierarquizadas de masculinidades, estas segundo Connel e Messerschmidt (2013, pág. 244) são exemplificadas pela “experiência de homens homossexuais com a violência e preconceitos dos homens heterossexuais”, o que responde por uma dinâmica interna da masculinidade hegemônica, já que a posição heteronormativa, se coloca acima de outras possíveis expressões masculinas.

Além disso, o espaço circundante da masculinidade hegemônica sucita a existência de masculinidades subordinadas, no sentido em que a partir do momento que a hegemonia se faz paradigma ela pressupõe que todos os homens se posicionem em relação a essa forma mais “adequada” de ser homem, isso nos indica uma posição externa da hegemonia que além de configurar aquilo que possibilita a manutenção da dominação masculina sobre as mulheres. (CONNEL E MESSERSCHMIDT, 2013).

Esse modelo de homem e algo que poucos realmente alcançam, ainda assim os homens são beneficiados por ocuparem o lugar do patriarcado mesmo sem expressarem plenamente tal hegemonia, isso caracteriza a chamada masculinidade cúmplice, e nesse grupo que a pratica direcionada a hegemonia e mais eficaz (GUTIÉRREZ 2015).

¹¹ Ibid. 188

Enquanto expressão, a masculinidade hegemônica se mostra nos mitos do imaginário masculino muitos dos quais são apresentados em filmes, livros em eventos esportivos, cada um se faz presente na mídia do parâmetro do herói salvador da donzela em perigo, até a demonstração de competitividade e agressividade valorizada em eventos esportivos nas palavras de Dutra e Orellana (2017)

Desta forma, é cabível ser dito que a masculinidade hegemônica não é um tipo de personalidade ou um personagem masculino, pelo contrário, é um ideal ou um conjunto de normas sociais prescritivas, simbolicamente representadas, [...] atrelada ao ser racional, bem-sucedido, controlador de emoções e longe de atributos femininos. É enfatizado para eles a coragem, a agressividade, domínio, habilidade tecnológica, aventura entre outras características. DUTRA E ORELLANA (P, 146, 2017)

A mecânica do ser homem enquanto indivíduo, no que diz respeito aos seus aspectos mais subjetivos e então condicionada pela “maneira opressiva pela qual os homens são tradicionalmente socializados” (NOLASCO 1993, p. 12). Esse processo se estende durante todo o desenvolvimento do indivíduo até que este alcance o que seria “ser homem”, já que a simples expressão de frases como “Seja homem!”, “Você é um homem, ou um rato?!” e todas as variantes possíveis delas, demonstram que a condição de ser homem exige algo além do sexo biológico. Souza, Altomar e Manfrin (2017) pontuam que esse processo se origina desde a infância onde os meninos aprendem através da família, escola, religião, comunidade e mídia a reproduzir comportamentos, atitudes e valores culturalmente adequados para o seu gênero, o que ocasiona precocemente a construção de sua identidade de gênero.

A identidade de gênero e aquilo com o qual o sujeito se identifica, de acordo com Butler (2003) os gêneros podem ser múltiplos e não se limitam a uma ordem binária, sendo tal coisa uma criação para uma determinada performance dentro de um sistema patriarcal. Ocorre porém que o modelo de identidade de gênero masculina, dificilmente é aquilo que o sujeito se identifica, a forma como ele é socialmente condicionado não dá margens para que ele escape de uma identidade alienante, que distancia o indivíduo dele mesmo, uma vez que esse processo se dá de forma paulatina e indiscriminada, além disso o próprio modelo hegemônico impede que ele fale sobre as consequências danosas a sua saúde mental e física enquanto ele é inclinado a perseguir esse referencial negando quaisquer fragilidades psíquicas e físicas

Os aspectos que envolvem a saúde do homem, para além de um problema de saúde pública e amplo e tem inerente a ele uma profunda marca social, já que as relações de gênero muitas vezes se mostram determinantes no seu processo de adoecimento. Uma vez que a cultura projeta na figura masculina um ideal de força e virilidade que faz com que “A doença é

considerada como um sinal de fragilidade que os homens não reconhecem como inerentes à sua própria condição biológica” Brasil (2008, p.5), além disso, fatores como o funcionamento dos serviços de saúde serem os mesmos que os horários de trabalho, o tempo de espera e que a grande maioria dos profissionais de saúde são mulheres também influenciam nessa dinâmica (BURILLE & GERHARDT, 2013).

Outra questão importante é que no processo de socialização o fato dos homens serem induzidos a terem comportamentos que desvalorizam a necessidade de acesso a seus aspectos subjetivos, devido a uma educação que preconiza aos homens serem provedores, o que cria uma ilusão de não precisarem de cuidados, e que suportem dores físicas e emocionais sem chorar, para não serem vistos como afeminados, e assim enquadrados numa masculinidade subordinada culminam a eles não certa impossibilidade de falarem abertamente sobre as suas queixas, o que apenas cria um ciclo vicioso em todo esse processo.

A ideia de hegemonia pode ainda ser correlacionada a uma concepção adleriana do sujeito. Alfred Adler (1870-1937) segundo Lukas (1989, p. 20) “investigou, antes de tudo, a relação do indivíduo com o ambiente social e deduziu o desejo de poder do sentimento de inferioridade e de sua supra compensação”. Sua teoria partia de uma concepção de que a partir do sentimento de fragilidade e dependência inerente ao nascimento se desenvolvia um sentimento de inferioridade do sujeito que o encaminharia a dois caminhos possíveis um positivo, denotado pelo sucesso e que indicaria a busca pelo bem estar pessoal e coletivo e outro negativo representado pela superioridade, que pressupõe um desejo de um sujeito de sentir superior aos demais (ADLER, 1957).

Tal relação entre Adler e a hegemonia se estabeleceria na medida em que nessa busca masculina de alcançar um suposto lugar ideal a fim de se caracterizarem enquanto homens, estaria assinalada numa contiguidade dessa relação de dependência primária do sujeito. Uma vez que a hegemonia depende também das masculinidades subordinadas nas quais se constitui enquanto ideação, essa configuração se perduraria na constituição da subjetividade masculina e instauraria no indivíduo o desejo de superar sua condição de masculinidade subordinada, surgindo assim os desejos de superioridades frente a sua condição enquanto motivação inicial do sujeito.

Tais constituição enquanto tal limita a ação daquilo que o Psiquiatra vienense Viktor Frankl (1905-1997) aponta nos pressupostos teóricos da Logoterapia, já que essa configuração se preocupa apenas com uma satisfação em si mesma do homem se adequar ou não a um modelo fixo de masculinidade, não considerando a dialética da liberdade-responsabilidade do sujeito e

excluindo a ideia da autotranscedência como fato antropológico fundamental de que a existência do homem (FRANKL, 1991)

Os mecanismos que legitimam a hegemonia se dão pelas condições históricas, e sendo condições históricas, podem efetivamente mudar, sendo possível que no embate entre diferentes concepções de masculinidades possa surgir uma nova forma menos opressiva, levando assim ao fim das hierarquias de gênero. É com esse objetivo que incluímos a Logoterapia como instrumento de análise a ser utilizada como meio para a superação de paradigmas e mitos historicamente construídos sobre a expressão da masculinidade, onde a agressividade e violência desempenharia um importante papel.

CAPÍTULO II: AGRESSIVIDADE E VIOLÊNCIA: SOCIALIZAÇÃO E PERSPECTIVA DE GÊNERO

2.1. AGRESSIVIDADE E VIOLÊNCIA

Abordar uma temática como a agressividade e a violência circunscreve uma dimensão que se confunde com a própria história da humanidade, conflitos políticos, interesses socioeconômicos, culturas, costumes e crenças diferente. Ao longo da história diversas foram as razões nas quais a humanidade encontrou motivações para agir de forma agressiva ou violenta. Na Grécia, a violência já se fazia presente nos mitos em que a violência era um instrumento legítimo para os deuses alcançarem seus objetivos e imporem a sua vontade, onde os deuses a partir de temores relacionados é a serem superados por seus descendentes faziam uso da violência. Um exemplo das relações entre o Titã Cronos e o seu filho Zeus¹², além disso sociedades como Esparta, caracterizada por ser um povo politicamente orientado para guerras e conflitos, determinavam a eliminação dos recém-nascidos que apresentassem aptidões físicas baixas ou malformações (FERREIRA, 2015).

Em outras culturas, como a romana, a violência era visível e escancarada. As lutas sangrentas entre escravos e prisioneiros de guerra no coliseu, os criminosos jogados para serem devorados por feras, a violência era um espetáculo que ia muito além de um entretenimento para um público alienado dos problemas governamentais que os rodeavam, era principalmente um instrumento através do qual um governante se utilizava para se mostrar como soberano, ali decidindo quem vivia e quem morria, exercendo um poder simbólico sobre a morte, que trazia temor e admiração entre as massas.

A violência enquanto espetáculo se mantém durante séculos ao longo da idade média, de supostas bruxas queimadas em piras pela inquisição, a execução de criminosos e opositores políticos em praça pública, tal qual ocorreu durante a revolução francesa em 1789. Sempre

¹²Na mitologia grega, Cronos era filho de Urano (Céu) e Gaia (Terra) e que ao tirar o poder de seu pai, casa-se com sua irmã Reia e passa a governar soberano durante a Idade Dourada da mitologia. Seu poder perdurou até ser derrubado pelos filhos Zeus, Poseidon e Hades, devido a uma profecia segundo a qual seu poder lhe seria tirado por um de seus filhos. Tal fato leva o titã a matar e devorar todos os filhos gerados com Reia. Porém, a mãe conseguiu salvar um deles, Zeus, ao escondê-lo numa caverna da ilha de Creta. Quando Zeus cresce resolve vingarse de seu pai, e com ajuda dos titãs faz Cronos vomitar os filhos que tinha devorado. Zeus, com a ajuda dos irmãos e dos titãs, expulsou Cronos do Olimpo e governou como o rei dos deuses gregos. Como tinha derrotado o pai Cronos, que simbolizava o tempo, Zeus tornou-se imortal, poder estendido também aos irmãos.

discriminando aqueles que tinham poder dos que não tinham a violência e agressividade parecem servir durante séculos para impedir que qualquer pessoa se atrevesse a questionar as relações de dominação a qual estavam submetidos, seja de instituições religiosas ou mesmo de déspotas.

Com o progresso da modernidade a violência não precisa mais que haja um público que a busque, ela invade os lares de forma explícita, ao toque de um botão, ao vivo. Exposta pelos meios de comunicação a violência e agressividade não mais impacta, vira um instrumento que só serve de objeto do seu próprio discurso, uma vez que nada se configura enquanto mortes e tragédias, crimes e corrupção, tudo se despersonaliza em estatísticas.

Hoje a violência e agressividade nos insinua a não questioná-la. Sujeitos se revoltam com fatos, enquanto não surge outro a quem direcionar sua atenção, e nessa compulsão por consumir informações que não nos convida a reflexão, e apenas incita ainda mais agressividade cabe então pensar acerca de como nos distanciar de tais fenômenos para então enxergá-los de forma mais objetiva

No campo da Psicologia a grande maioria das publicações utiliza os termos violência e agressividade da mesma maneira, numa espécie de dualidade não excludente e oposta, mas como termos intercambiáveis (MENANDRO, 1982). No entanto, ainda que mantenha certa proximidade cabe ainda fazer certa distinção entre os termos.

Uma definição satisfatória de violência é aquela sugerida por Nolasco (2001, p.18), que caracteriza a violência enquanto uma “ação contrária a ordem moral, jurídica ou política”, já no que se refere a agressividade Myers (2014, p. 280) a define como um “comportamento físico ou verbal com intenção de causar danos”. Posto isso podemos perceber que essas definições apresentam certa contiguidade, mas mantem ainda certa objetividade ao se referir a seus respectivos fenômenos. Enquanto a violência pode ser encarada como um fenômeno que vá de encontro as normas sociais, a agressividade engloba uma dimensão menor direcionada a um objetivo externo seja uma propriedade ou mesmo a um outro.

Huss (2011) aponta que embora possa ocorrer as mais diversas razões para um indivíduo agir de forma violenta, seja por variáveis psicológicas, sociais e biológicas, tal ato de acordo com o sistema penal não deixa de se caracterizar como uma escolha devendo as pessoas serem responsabilizadas pelos seus atos. Tal sistematização ainda ocorre mesmo em casos nos quais um indivíduo tem dificuldades de controlar suas ações ou ser acometido por alguma enfermidade mental, uma vez que casos de comprovação de imputabilidade necessitariam de além da doença, o indivíduo ser incapaz de distinguir certo e errado ou mesmo de não controlar seu comportamento.

Myers (2014) caracteriza dois tipos de agressividade: o primeiro, denominado de agressividade hostil ou emocional, que surge a partir de um afeto negativo e objetiva ferir um ente externo, e um exemplo disso são os atos de terrorismos e a maioria dos assassinatos que irrompem de explosões emocionais, a partir do uso de alguma droga ou mesmo de discussões acaloradas; e o segundo tipo a agressividade e chamada de instrumental, sendo apenas um via para atingir algum objetivo, e, como exemplo tem-se as guerras, onde o conflito bélico geralmente parte de algum tipo de interesse político e econômico.

Tendo isso em mente, a partir dos parâmetros elencados acima, podemos perceber que a violência de gênero pode ser incluída tanto como um exemplo de agressividade hostil, como em casos de término de relacionamentos ou mesmo traições nos quais os parceiros não aceitam tal condição e que culminam nas mais diversas ocorrências jurídicas. Já os casos de agressividade instrumental podem ser exemplificados através dos casos de violência e coerção sexual já que a agressividade é aí utilizada como meio através do qual o indivíduo obterá algum tipo de ganho seja a satisfação narcisista adjacente ao ato em si ou ao ato de dominação expressada

Outros autores como Žižek (2014) ao se referir a violência a caracteriza sob três parâmetros: existiria na concepção do autor uma violência subjetiva, interpretada como uma contraposição ou perturbação na ordem natural das coisas, no qual aquela violência ainda não existia, ou seja, algo baseado unicamente sob uma percepção singular de quem vivenciaria. em segundo lugar haveria as violências objetivas representadas pela violência simbólica encarnada pela linguagem e diferentes formas com as quais ela se apresenta. Tal conceito estaria portanto próximo a visão de violência simbólica de Bourdieu (1998) que discutimos anteriormente, numa lógica que reproduz relações de dominação social nas quais construímos nosso discurso e finalmente a violência sistêmica que seria aquela presente nos sistemas políticos e econômicos, seria aquela inerente ao estado de normalidade das coisas poder dos entendido como aquilo que sustenta essas ditas normalidade.

Dentre as três modalidades, a violência subjetiva seria aquela mais evidente uma vez que atinge diretamente o sujeito que faz dela seu objeto de discurso, seja em uma experiência de um assalto ou uma multa de trânsito aplicada de forma irregular, um acidente de trabalho, etc. Ela também pode se dar de uma via mais indireta, quando sentimos um mal-estar diante de uma tragédia familiar, ou algo que vimos na TV, por ser tão evidente ao sujeito que dela se queixa ela é a mais expressiva e a qual direcionamos mais atenção. As formas de violência objetivas seriam aquelas invisíveis e sutis, são elas que sustentam as relações de dominação e de exploração, e nos tornam temerosos em relação a possíveis ameaças de violência, elas estão

intrincadas ao que consideramos normal. A violência sistêmica se apresentaria pois, enquanto expressão daquilo que sustenta uma interpretação daquilo que teóricos chamam de meritocracia, uma vez que o discurso da desigualdade a ser superada, romantiza as violências experienciadas por grupos historicamente marginalizados. Nas palavras de Žižek, “A lição aqui é que devemos resistir ao efeito de fascínio da violência subjetiva, da violência exercida por agentes sociais, indivíduos maléficos, aparelhos repressivos disciplinados e multidões fanáticas: a violência subjetiva é tão somente a mais visível das três”¹³.

Encarar a violência nessas três dimensões, é importante para delimitar aquilo que circunscreve os relatos de violência de gênero, já que o entendimento de como as relações entre o masculino e feminino são construídas e inscritas nesses sistemas, e pode indicar de que forma comportamentos e atitudes agressivas são ainda hoje legitimados e perpetuados.

2.2. VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Com o apogeu dos meios de comunicação de massa, ao longo da modernidade, a agressividade e a violência constroem e demarcam um espaço confuso entre o público e o privado, pois ao mesmo tempo em que ela se projeta em terceira pessoa, ela invade nossas casas e, sem cerimônia, nos acompanha em nossa rotina. Por ser um fato social que instaure um sentimento de insegurança, a violência se insere no debate sobre a criminalidade é passível de punição já que rompe acordos sociais preestabelecidos, além de promover processos de adoecimento tanto físico quanto mental, envolvendo saúde pública e coletiva. Tal profusão sutil, torna o fenômeno invisível a olhares desatentos e passível de diversas interpretações, seja entendida por vulnerabilidades sociais, discriminações, por problemas de ordem pública ou qualquer outra explicação causal para a expressão do fenômeno, a grande dificuldade inerente a esse debate e compreender como os indivíduos se posicionam enquanto agentes sociais na manutenção dessas relações.

Entre as diversas formas de encarar ou entender o fenômeno da violência, a posição que ela ocupa nas relações de gênero é quase palpável, tendo em vista o verdadeiro abismo estatístico que existe entre homens e mulheres quando se comparam taxas de mortalidade por causas externas, muito maiores entre os primeiros. A presença da masculinidade, enquanto posição relativa do indivíduo diante o mundo, no âmbito da violência, tem sido objeto de análise de muitos estudos e teorias.

¹³ Ibid. p. 23

Carrara e Saggese (2011) apontam que sejam os homens vítimas ou não, ou mesmo em casos de violência contra mulheres ou outros homens, é possível enxergar certa articulação entre masculinidade e violência no que se refere a eventos específicos como violência contra as mulheres ou mesmo em casos de homofobia.

O debate subjacente a essa temática sucinta diversas práticas voltadas ao planejamento e implementação de políticas públicas, já que a violência de gênero é um grave problema de saúde, uma vez que pode ocasionar consequências elevados índices de sofrimento as vítimas sejam eles físicos, biológicos ou sexuais.

2.2.1. HOMOFOBIA

O termo homofobia aparece pela primeira vez nos estados unidos em 1971, sendo utilizado para designar o comportamento hostil a indivíduos que não seguem os parâmetros sociais de gênero e sexualidade, uma vez que são visto segundo a ótica heteronormativa como anormal e pecaminoso, sendo tal visão uma consequência direta da hierarquia entre as sexualidades e os gêneros, na qual a heterossexualidade é tida como um status superior, natural e normal, estando assim particularmente expostos a situações de violência e discriminação. (BORILLO, 2009)

A atitude homofóbica, não se limita a homossexuais, como o termo sugere, mas é ampliada e abarca todo aquele que está alinhado a um modelo supostamente correto de expressar gênero e sexo, dadas as suas conotações sociais e biológicas, respectivamente, mas insere nesse debate os travestis, transexuais, bissexuais, transgêneros, intersexuais e mesmo mulheres e homens heterossexuais que não respondem aos comportamentos esperados para cada gênero, de forma que no âmbito da pesquisa outros termos tem sido optados para referenciar esse tipo específico de violência como LGBTfobia (MINISTERIO DOS DIREITOS HUMANOS, 2018)

Através do serviço de denúncia de violação dos direitos humanos, o Disque Denúncia, se mostra um serviço que atrelado a três setores sociais, um governamental, outro empresarial e pela sociedade civil através de ONGs. Mostra-se como uma importante ferramenta para levantar dados acerca de violências experienciadas por esses grupos. No relatório do Ministério dos direitos humanos publicado em 2018, tem-se que no ano de 2016, foram atendidas 104 denúncias relatando agressividade contra travestis, sendo os casos de violência física (24,6%), discriminação (32,4%) e violência psicológica (33%). Quando voltado ao público transexual foram 103 ocorrências onde foi relatado altos índices de violência psicológica (34,6%), seguido de discriminação (30%) e violência física (17,1%). No grupo dos gays foram contabilizadas

318 denúncias, destas a violência psicológica (42,7%), seguido de discriminação (34,5%) e violência física (14,6%). Entre a população lésbica foram 104 denúncias onde as violências foram elencadas em discriminação (37,6%), seguido violência psicológica (15,2%) e violência física (14,4%), e por último, entre o grupo dos bissexuais, foram 51 denúncias, que foram vítimas de discriminação (42%) , acompanhado de violência psicológica (38,6%) e violência física (10,2%).

É interessante observar que exceto entre a população lésbica e bissexual, todos os demais grupos sofrem majoritariamente violência psicológica. Nesse sentido, para Borrillo (2009), a homofobia se caracteriza em dois tipos: o primeiro seria uma homofobia afetiva (psicológica) por conter uma manifestação de caráter emotivo, em que a homossexualidade é condenada, já que falar de emoções é um movimento difícil por parte do masculino e a segunda seria cognitiva (social), uma vez que a homoafetividade é aceita nos espaços íntimos e privados, desde que não goze dos mesmos direitos concedidos aos heterossexuais. Mesmo com todos esses dados registrados, um grande número de denúncias entre os gays (318 ao todo), e quase metade das 680 denúncias recebidas em 2016, esse número possivelmente é irrisório frente a dimensão real do problema.

Nesse mesmo ano o Grupo Gay da Bahia, fundado em 1980 e a mais antiga organização em defesa dos direitos LGBT, pontua que 343 casos de violência lgbtfóbicas foram divulgados na mídia. Em 2017 esse número foi de 445 e em 2018, foram 420 ocorrências, como mostrados no gráfico abaixo:



Fonte: Grupo Gay Da Bahia – GGB mortes violentas de lgbt+ no Brasil relatório 2018

Encarar a noção de Lgbtfobia, embora nos remeta a ideia anteriormente esboçada de masculinidade hegemônica, já que no desenvolvimento do conceito de masculinidade hegemônica, as questões abordadas são justamente aquelas que envolvem as divisões entre os homens, com a exclusão e a subordinação dos homens homossexuais e não seguidores desses parâmetros são somadas a um paradigma da masculinidade enquanto referencial hierárquico ao feminino. Para além dessa problemática, o termo fobia se refere, enquanto alguma situação ou objeto que desencadeie em um indivíduo algum tipo de reação adversa, geralmente expressada através de medo e ansiedade, e nos faz questionar o porquê de tal expressão ser utilizada em casos de violência e agressividade, afinal por que a homossexualidade é tão temida assim?

Esse temor desmedido, se insere talvez, nas fragilidades inerentes das vivências limitantes da própria sexualidade que a maioria das pessoas em caráter heteronormativo reproduz sem perceber, que reduz o sujeito a um argumento puramente físico de expressar a própria sexualidade. Dentro do campo da heterossexualidade as relações interpessoais se mostram extremamente superficiais, e qualquer intimidade a mais entre homens é vista pelos seus pares e pelos próprios indivíduos como a perda de um referencial que sustenta a pressuposta identidade masculina, e esse referencial quando perdido não há como ser recuperado. Enquanto a mulher tem certa volatilidade de experienciar a sua própria sexualidade, já que suas zonas erógenas são difusas, a sexualidade masculina se resume aos seus órgãos genitais, e não há brechas para novas formas de vivenciá-las, e qualquer tentativa de ir além retorna a dicotomia de Heterossexualidade e Homoafetividade.

Além disso, a partir do momento em que diferentes movimentos reivindicam direitos e questionam a sua inserção e expressão nos espaços, eles colocam em questão a posição de poder ocupada por muitos homens heterossexuais, vivenciada como algo natural e que a maioria desconhece toda a história por trás dessas normas.

Respondendo a nossa pergunta inicial, Borillo (2009) coloca que embora aceita na vida privado do indivíduo homoafetivo, a homossexualidade não é nada mais do que uma forma variante de se experienciar a sexualidade, devendo assim ser considerada tão legítima quanto a heterossexualidade, sendo a homofobia o medo que tal equivalência seja aceita.

2.2.2. VIOLENCIA CONTRA A MULHER

Apesar das mudanças socio-históricas o relacionamento homem e mulher está, ainda, pautado numa cultura patriarcal, que infere uma conotação de posse do homem para com a mulher, tal noção, na medida que se congrega com outras prerrogativas culturais, indicadas dentro do espectro do estereótipo masculino, advindo de comportamentos competitivos,

agressivos. Além do embotamento afetivo, que torna muitos indivíduos incapazes de lidar com frustrações, o que o desequilibra internamente as frágeis noções que ele possui de si mesmo. Uma consequência direta dos parâmetros acima elencados culmina com diversos casos e manifestações de comportamentos agressivos e violentos para com as mulheres.

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, setor ligado a Câmara dos Deputados aponta no Mapa da violência contra a mulher 2018 que entre as 140.191 notícias de violências transmitidas pela mídia ao longo de 2018, cerca de 68.811 se tratavam de violência contra mulheres, a comissão aponta ainda que as categorias mais recorrentes, crimes contra a honra, importunação sexual, estupro, violência doméstica e feminicídio.

Os crimes contra a honra envolvem, quaisquer danos à preservação da imagem subjetiva de cada indivíduo. Em 2018 foram registrados 2.788 casos desse tipo de crime, onde 57,8% dos agressores tinham ou já tiveram alguma relação com a vítima. As práticas mais comuns são o *cyberbullying* e o *revenge porn*, que envolvem agressão nos meios virtuais e a divulgação de material íntimo da vítima por parte do ex-companheiro, geralmente após um término, nas redes sociais. Esse tipo de crime envolve três aspectos do código penal brasileiro (1940), a calúnia (o art. 138), que diz que “Caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime”, com detenção, de seis meses a dois anos e multa; a difamação (art. 139) onde está escrito que “Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação”, com detenção, de três meses a um ano, e multa” e a Injúria(art. 140) que fala que “Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro”, com detenção, de um a seis meses, ou multa.

A importunação sexual, envolve casos de assédio, onde o agressor realize algum ato de cunho sexual numa vítima. Em 2018 foram contabilizados 72 casos desse tipo de crime, sendo que em 97% deles, os agressores eram pessoas desconhecidas da vítima. A lei 13.718 (2018) prevê pena de 1 a 5 anos e implementa ações penais públicas incondicionadas. Todos os casos terão que ser imparcialmente investigados e processados pelo Estado mesmo que a vítima não queira, punindo efetivamente, casos de assédio nos transportes públicos, nos quais agressores pagavam apenas uma multa.

O estupro é definido pelo artigo 213 do código penal (1940) em “Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso”. Tendo como a principal característica a ausência do consentimento da vítima. Com pena que varia de 6 (seis) a 10 (anos), podendo aumentar progressivamente até 30 anos de reclusão com a presença de lesões corporais graves, morte ou ser praticados com adolescentes, já que se entende juridicamente que até 14 anos, o menor não possui discernimento para consentir o ato. Os casos com adolescentes representam 43% dos

32.916 casos de estupro registrados no ano de 2018. Nesse número 29.430 casos foram do “tipo comum” (cometido por um único homem presencialmente, a uma ou mais vítimas), 3.349 casos do “tipo coletivo” (provocado por dois ou mais indivíduos a uma ou mais vítimas, e estupro virtual (quando a mulher sofre ameaças de ter seu corpo exposto na internet) foram registrados 137 casos. (COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER, 2018)

Um dado interessante sobre o estupro é que 49,8% das ocorrências, são provocados por pessoas com as quais as vítimas tem alguma relação, como exemplo de maridos e namorados. Conhecidos da família representam 15% desse número, além de vizinhos representando 3,7% desse contingente, uma vez que a grande maioria dos abusadores são de uma realidade muito próxima as da vítima. Esse dado reforça a percepção daquilo nomeado pelas ativistas da segunda onda do feminismo de “cultura do estupro”. (SANTOS, 2017)

A legislação brasileira frente a um problema tão complexo tem tomado medidas tais como a aprovação da lei 13.718 de 2018 que introduz modificações nos crimes contra a dignidade sexual, como aumentar a pena para o estupro coletivo, torna crime a importunação sexual, seja ela virtual ou não, criminalizando a vingança pornográfica e a divulgação de cenas de estupro.

Porém uma vez que a vítima ainda seja culpabilizado pelo atentado sofrido tais medidas se tomam insuficientes, na medida em que a representação social da masculinidade ainda e tida numa crença de superioridade e legitima tais práticas, de modo que medidas como essa se tornam paliativas frente a real dimensão do problema.

Em casos de violência doméstica, entendida como qualquer forma de agressão praticado entre membros de um mesmo espaço familiar, foram a mídia ao longo de 2018, 14.796 casos no Brasil, onde a maior parte foi provocada por companheiros e ex-companheiros (58%), sendo os outros 42% cometidos por parentes e familiares. Tal agressão e na grande maioria dos casos pela presença de um sentimento de posse sobre a vida e as escolhas daquela mulher.

Diversas medidas tomadas para coibir tais práticas são descritas na lei 11.340 de 7 de agosto de 2006, conhecida popularmente como Lei Maria da Penha que subsidia as medidas a serem tomadas em caso da violação dos direitos femininos, seus artigos 2º e 3º dizem:

Art. 2º Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

Art. 3º. Serão asseguradas às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Outro ponto a ser destacado é que em dezembro de 2018, foi aprovada uma alteração no texto base da lei que obriga o agressor a ressarcir o Sistema Único de Saúde por custos com vítimas de violência doméstica, visando assim aumentar o rigor da lei. Além disso essa mesma alteração determina que os dispositivos de segurança usados no monitoramento das vítimas sejam custeados pelo agressor (PLC 131/2018)

O Femicídio, é o mais expressivo exemplo de violência contra a mulher, e teve 15.925 noticiamentos em 2018. A condição jurídica para a morte violenta de uma mulher ser classificada assim é de que as vítimas estariam em situação de violência doméstica ou familiar, ou por sofrer discriminação por ser mulher. Os números desses casos são atribuídos aos companheiros e ex-companheiros em 95,2% dos casos, e aos membros familiares correspondem que correspondem a 4,8% desse número.

O feminicídio traz consigo uma conotação complexa por se mostrar com variações mínimas em diferentes sociedades e culturas e se caracteriza como crime, especificamente ligado ao gênero, caracterizado através da violência enraizada em nossa cultura através das estruturas sociais que privilegiam o masculino

Dada a especificidade dessa transgressão a Lei 13.104 de 2015, ou a lei do feminicídio foi aprovada alterando o art. 121 do Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.

Percebe-se, portanto, dado os números da violência contra a mulher, se mostra em dados alarmantes, e mesmo assim, tal como a homofobia, talvez esses dados sejam ainda maiores. No entanto a legislação atual, embora tenha tentado punir os agressores, ainda se mostra insuficiente quanto a incluir os homens no processo de prevenção e atenção a violência contra a mulher, já que faltam propostas de intervenção nos órgãos governamentais, não-governamentais e pela própria academia no que se refere a esse importante aspecto do fenômeno (LIMA, BUCHELE e CLIMACO, 2008).

A ausência de um trabalho focado nos modelos tradicionais de socialização masculina e as consequências do custo subjetivo da manutenção de comportamentos e atitudes dos homens interferem diretamente nos resultados desejáveis de redução da violência. Saffioti (1995) nos mostra que na relação entre gêneros, o homem não propriamente o inimigo das mulheres, este é muito mais representado pela organização social de gênero, que é reforçado por homens e mulheres.

2.3. AGRESSIVIDADE MASCULINA

A lei Maria da Penha, além de legislar a implementação de medidas que garantem a proteção das mulheres ao punir os agressores, também estabelecem o encaminhamento dos homens para serviços de ressocialização. No âmbito jurídico, de acordo com Huss (2011) as intervenções utilizadas no atendimento em casos de violência doméstica e centrado em modelos baseados em uma perspectiva feminista, dentre esses um dos mais utilizados e o modelo Duluth que “propõe que a causa da violência doméstica é a subjugação continuada das mulheres pelos homens e que ela é mais uma tentativa de controlar as mulheres”¹⁴. Em contrapartida a isso os programas de terapia cognitivo-comportamental “têm seu foco no manejo da raiva e na identificação de padrões de pensamento ou distorções cognitivas que provavelmente conduzem à raiva e à violência nesses relacionamentos”¹⁵

No entanto, nenhum desses modelos considera realmente o indivíduo por trás do estereótipo de agressor, e justamente aí que está inscrito um aspecto que propositalmente ainda não nos detemos, porque dada a sua importância, ela merece um tópico em separado no qual iremos estruturar o nosso objetivo com esse trabalho. Muito além das prerrogativas da violência de gênero, seja ela direcionada ao feminino ou a população LGBT, há uma relação intrínseca entre o homem e a agressividade enquanto um dos critérios fundamentais na construção da masculinidade que interfere diretamente na manutenção dos estereótipos profundamente atrelados ao homem e como reestruturar tal noção para algo não prejudicial na vida em sociedade. Os modelos acima apresentados parecem ignorar aquilo que Nolasco (2001) pontua no que se refere as curvas estatísticas e registros de atos violentos que são profundamente demarcados pela presença masculina. Nas palavras do autor:

Os Homens têm uma expectativa de vida menor que as mulheres, respondem por cerca de 90% do contingente carcerário; morrem mais em acidentes de trânsito, ingestão de álcool e drogas e cometem mais suicídios do que as mulheres. (NOLASCO, 2001 p. 13).

Tais estatísticas surgem como consequência direta do modelo de socialização masculina, que ao privilegiar ideais nos quais os homens tem quer forte, corajoso, viril, competitivo e a não demonstrar sentimentos, joga aos homens uma responsabilidade que o aliena de si mesmo, fazendo com que ele busque assumir comportamentos de riscos a fim de se adequar a um suposto padrão hegemônico da masculinidade, tendo assim profundos impactos na saúde masculina.

¹⁴ Ibid. p.261

¹⁵ Ibid. p. 261

Homens em geral, não gostam de ir ao médico, e a negligência com a própria saúde tem raízes nesses parâmetros hegemônicos nos quais a possibilidade de adoecimento está diretamente associada a admitir supostamente uma fragilidade que é incompatível com a masculinidade. Uma vez que grande parte das políticas públicas são pensadas para atender crianças e mulheres, reforça no imaginário que a eles não seriam destinados os serviços e campanhas sanitárias, o que faz com que as doenças nos homens sejam diagnosticadas mais tardiamente, acarretando pior prognóstico e encurtando a expectativa de vida.

Monsma (2007) aponta que a maioria dos estudos acerca da violência, tentam explicar a violência, relacionando a probabilidade de um indivíduo cometer atos violentos a características como classe social, idade, gênero, bem como falhas na estrutura familiar. Porém esses estudos não conseguem explicitar por que entre pessoas com as mesmas características e atravessados pelos mesmos condicionantes, esses atos não se repetem. O que levaria afinal um indivíduo a cometer violência e outro não?.

Podemos responder essa questão através de Lukas (1992), uma vez que agir de forma violenta poderia ser visto com uma espécie de potencial latente do sujeito, afinal sempre se poderia agir violentamente ou não em uma dada situação, mas é justamente nesse posicionamento entre fazer ou não que se insere o sujeito masculino, nas palavras da autora:

De acordo com isto, as decisões do momento determinam a evolução de uma pessoa, mas a partir daquilo que a pessoa se tomou sempre são possíveis novas decisões. “É este o milagre de todo crescimento e de toda cura por mais deficiente que seja o desenvolvimento de alguém, através da tomada de novas decisões do momento ele pode avançar a um novo degrau do seu ser homem.” (LUKAS, 1992 p. 63)

Agir conforme padrões agressivos nada mais é do que uma das possibilidades do sujeito se inserir nesse processo, quando utilizado como a única via possível diante do conflito estamos diante de um processo de adoecimento que surge sempre que o indivíduo se fecha em uma única possibilidade, afinal o sujeito é abertura, é um processo de ir além de si mesmo, é transcendência, mesmo que ele não possua restrições perceptivas para perceber isso, essa capacidade ainda está lá.

A percepção de tal capacidade pode ser profundamente restringida por diversos condicionantes externos e alheios ao sujeito que o submergem na impessoalidade de si, levando os homens a adotarem padrões e posturas dos quais reproduzem e muitas vezes não possuem consciência disso. Esse posicionamento estaria circunscrito naquilo que Heidegger aponta como inautenticidade, medida em que, de acordo com Inwood (2002, p. 12) “ser autêntico é fazer sua própria coisa e não o que o impessoal prescreve”, Ao perdermos o contato com si

mesmos, somos impelidos a conformidade dos padrões de comportamentos das massas, experimentamos angústia e ansiedade, levando à aquilo que Heidegger chama de vidas inautênticas, porém dada a amplitude e complexidade do termo aprofundar-se-á o mesmo no próximo capítulo deste trabalho.

A compreensão de se mudar conceitos pré-fabricados que limitam o agir do homem diante de sua realidade é um desafio necessário, e para essa tarefa necessita-se do desenvolvimento de diretrizes que orientem esse processo, a mudança tem que ser bilateral, a superação da violência é uma tarefa a ser empenhada por homens e mulheres. E nessa perspectiva que Saffioti (2004) aponta:

As pessoas envolvidas na relação violenta devem ter o desejo de mudar. É por esta razão que não se acredita numa mudança radical de uma relação violenta, quando se trabalha exclusivamente com a vítima. Sofrendo estas algumas mudanças, enquanto a outra parte permanece o que sempre foi mantendo seus habitus, a relação pode, inclusive, tornar-se ainda mais violenta. Todos percebem que a vítima precisa de ajuda, mas poucos veem esta necessidade no agressor. (2004, p. 68).

Nesse trabalho optaremos por elencar as possíveis contribuições da logoterapia nessa questão, ao propor modos de agir diferente dos comportamentos comumente atribuídos aos homens, numa tentativa de superar certos preconceitos. De acordo com Frankl (2017) deve-se ter em mente uma educação para a responsabilidade através da qual o homem tenha a sua consciência estimulada de forma para que desenvolva uma percepção suficientemente apurada. que capte a exigência inerente a cada situação individual, e não mais necessite adotar uma orientação genérica na expressão de si mesmo

Capítulo III: **A PRESENÇA IGNORADA DE SI**

3.1. PRINCÍPIOS BÁSICOS DA LOGOTERAPIA

A Logoterapia é uma abordagem psicoterápica de caráter fenomenológico-existencial criada na primeira metade do século XX a partir da obra do psiquiatra vienense Viktor Emil Frankl (1905 – 1997). Surgindo como contraponto a perspectivas niilistas, pandeterministas e psicologistas que eram comuns nessa época, a logoterapia traz consigo uma postura mais humana ao campo das psicoterapias e postula a existência de uma busca inerente ao homem por um sentido existencial, composta por três pilares de acordo com Lukas (1989), sendo eles a Liberdade de Vontade, a Vontade de Sentido e o Sentido da vida.

Segundo Frankl (2011 p. 25) “Não há psicoterapia que não contenha uma teoria antropológica e uma filosofia de vida subjacente”, assim sendo para melhor compreendermos o que seria a Liberdade de Vontade, temos que entender qual a visão de homem concebida por Frankl, uma vez que o conceito de liberdade de vontade se encontra como um dos alicerces da antropologia frankliana.

O homem na teoria de Frankl, é concebido através de uma ontologia dimensional, caracterizado como um ser constituído pelas dimensões somática, que engloba os fenômenos fisiológicos e orgânicos, a dimensão psíquica, que constitui o campo de fenômenos tradicionalmente colocados como objeto de estudo da psicologia relacionados a sensações, a consciência cognitiva, comportamentos, etc., e a espiritual ou noética, caracterizada pelos os fenômenos essencialmente humanos, tais como a consciência moral, religiosidade, criatividade, a liberdade e a responsabilidade, etc. Essas dimensões não são reducionistas, mas englobam e são ampliadas a partir da incorporação de sua predecessora.

No que se refere a dimensão noética ou espiritual, cabe nos determos um pouco mais sobre esse conceito, que foi uma das maiores contribuições de Frankl ao campo da psicoterapia. A noção de espiritualidade se amplia além do campo da religiosidade, Paciolla (2015), coloca que a espiritualidade é um estado de potência que viabiliza o crescimento do homem para algo além de si mesmo, mesmo que reduzido a dimensões somáticas e psíquicas, o homem ainda pode dar um sentido a própria vida.

Nesse enquadre a Liberdade de Vontade, poderia ser definida como a capacidade do homem de se posicionar perante os condicionamentos físicos e psíquicos, essa liberdade segundo Lukas (1989) pode até se encontrar restringida, já que a liberdade do homem não está livre de condições, por se tratar da liberdade de um ser finito, e portanto sujeito a

condicionamentos biológicos, psicológicos e sociológicos, mas a liberdade está livre para se posicionar diante de qualquer condição que lhe for imposto, em suma, nada pode alterar o seu estado de potência. Dessa concepção advém a ideia de destino dentro da logoterapia, pode ser encarado como tudo aquilo que não podemos mudar, ou nas palavras de Frankl (2016, p. 162) “Chamamos de destino precisamente a tudo aquilo que escapa essencialmente a liberdade do homem e que não fica sobre seu poder e sua responsabilidade. No entanto, em nenhum momento se deve esquecer que toda a liberdade humana depende do que há de fatal, na exata medida em que só nesse elemento a ele aderindo pode desenvolver-se”, desta maneira a liberdade só se constitui a partir dos nossos condicionamentos, pois é aí que podemos exercê-la ao tomarmos uma atitude frente a eles.

No que se refere a vontade de sentido Frankl (2005) a elege como um interesse primário do homem voltado para a busca de um significado para a sua vida, na qual sua não efetivação gera o vazio existencial (fenômeno sobre o qual nos deteremos posteriormente). Além disso, o conceito ao considerar o prazer como um efeito secundário da realização de sentido, e não como a busca primária associada a teoria freudiana, centraliza a teoria motivacional da logoterapia, já que atribui que o homem “procura não a felicidade em si, mas uma razão para ser feliz” (Frankl 1978, p. 11). E em relação a isso que Frankl (2015, p. 66) infere que “Em virtude de sua vontade de sentido, o homem tende a achar um sentido e a realizá-lo, mas também encontrar um outro ser humano, a amá-lo sob a forma de um tu” revelando assim o fenômeno humano da autotranscendência.

A noção de autotranscendência traz consigo a conotação do homem em relação a sua existência no mundo, ela descentraliza uma concepção reducionista do homem voltada para apenas para si mesmo, e amplia o campo focal do homem para além de si próprio, e nesse sentido que Fizzoti (1998) pontua que e através dos fenômenos humanos do amor e da consciência, o primeiro ao levar o homem a experimentar a unicidade de um outro, e o segundo, entendido na concepção frankliana como o “órgão do sentido” ao levar o homem a apreender distintos significados nas situações que e confrontado.

Em relação ao último tópico sobre o qual abordaremos, o sentido de vida pode ser definido como “O que se oculta em uma situação concreta confrontada por uma pessoa concreta” (Guberman e Perez Soto (2005 p. 127, tradução nossa), em outras palavras e aquilo sobre o qual intuitivamente inferimos ser o melhor possível diante de uma situação específica visando atualizar as nossas possibilidades preexistentes, contudo essa noção de sentido não significa que o homem possa dar um sentido arbitrário as coisas, esse sentido é algo que encontraríamos nas diferentes situações da vida, algo pessoal e situacional. E de acordo com

esse paradigma que Fabry (1984) se refere ao “sentido do momento”, se referindo a cada momento da vida como detentor de um significado único para cada um, onde a resposta a essa oferta de sentido tornaria a vida mais expressiva

Para além desse “sentido do momento”, Fabry ainda enxerga um segundo nível centrado na ideia de um sentido último da existência, podendo ser encarada tanto do ponto de vista religioso ou mesmo de uma visão secularizada nesses termos a noção de um “suprassentido” e tida como a crença inquestionável que a vida tem um sentido, e a partir disso que Frankl (2011, p. 181) coloca que o suprassentido “ não diz respeito a uma questão de conhecimento intelectual, mas de fé”, essa acepção não visa romper as particularidades dos limites entre psicoterapia e religião, mas sim que a existência de um sentido último pressupõe em si a crença em um Ser último, Ser esse que não poderia ser apreendido pela dimensão humana, já que o homem se encontra numa posição dimensionalmente menor que o mundo divino, cabendo ao homem apenas buscar o esse sentido último a partir da sua fé mediada na crença desse Ser último.

Sentido nesses termos pode ser entendido como significados universais que aliviam a busca de um significado no homem. Frankl apud Pereira (2008) nos coloca que o significado é subjetivo, já que não é algo válido para todos e relativo, ao se referir à cada indivíduo como personalidade única e a uma situação concreta e irrepetível.

Mesmo assim através de nossa unicidade Längle (2008) ainda nos traz que o ser humano ao se utilizar de sua liberdade pode sempre estabelecer relações com as mais demasiadas coisas, porem em meio há tantas opções disponíveis, como levar uma vida plena de sentido. O significado da vida seria é uma questão unicamente humana, embora nem sempre claro e explícitos em seus termos. Pôr em dúvida que a própria vida tenha um sentido e a expressão daquilo que a mais humano há no homem. E a partir disso que surge a concepção dos valores na logoterapia divididos em três categorias na visão de Frankl: os valores de criação, os valores de experiência e os valores de atitude

E nesse sentido que Fizzoti (1998 p. 249) coloca que a Logoterapia é “uma teoria sobre a personalidade que, aplicada na prática clínica e na metodologia terapêutica, põe em destaque a capacidade fundamental do ser humano de encontrar um sentido em tudo o que faz, em tudo que experimenta e em tudo o que sofre”. A partir disso, compreende-se que o homem está chamado sempre a cumprir em sua vida os valores criativos (recebendo algo do mundo) e de experiência (doando-se ou fazendo algo), e mesmo quando já não tem a possibilidade de os realizar, pode ainda tomar uma posição diante do destino, voltando-se para os valores de atitude. Estes permitem ao homem realizar o máximo grau de significado da vida

3.2. SENTIDOS E VALORES NA MASCULINIDADE

O existir humano, se desvela através de um vislumbre a um sentido a ser preenchido e de valores a concretizar, e embora ambos tenham contêm certo relativismo, uma vez que variam de pessoa a pessoa a pessoa numa situação específica. Mas tal caracterização ainda não define corretamente esse estado de existir, sendo talvez a ideia de unicidade, que representaria melhor já que em cada situação há algo de único e sendo a vida dotadas de situações únicas, um sujeito não poderia ser substituído ou representado por outra pessoa. (FRANKL, 2011:2016)

A Logoterapia, se empenha em trazer ao homem a consciência de um ser responsável, no qual a noção de responsabilidade surge através da irrepetibilidade de cada sujeito, sendo um aspecto fundamental da existência humana. E através da responsabilidade que cada um, baseado na sua consciência, traça para si algo concreto e pessoal a realizar no mundo, estando aí inserida as categorias de valores criativos, experienciais e atitudinais brevemente esboçadas anteriormente a serem desenvolvidas a seguir e a serem correlacionadas com a posição masculina discutida ao longo deste trabalho.

Os valores criativos, enquanto algo que possibilite a um sujeito dar algo de si ao mundo depende da comunidade enquanto aquilo que oriente a criação humana, nesse sentido Frankl (2016, p. 205) pontua que “enquanto os valores de criadores ou a sua realização ocupam o primeiro plano da missão da vida, a esfera da sua consumação concreta costuma coincidir com o trabalho profissional”, nesses termos o trabalho pode ser aquilo que expressa a nossa unicidade em sua relação a comunidade onde nos inserimos, em outras palavras, através de uma profissão podemos mostrar aquilo que temos de específico, e nos realizarmos a partir do que podemos contribuir com a comunidade, onde mesmo em casos que a profissão não garanta uma satisfação pessoal ela sempre possibilitaria uma margem para tal, ao ofertar diversas oportunidades de realização de colocarmos a nos mesmo dentro da prática que exercemos.

Porém Frankl coloca ainda que “a relação natural do homem com o seu trabalho profissional considerado com campo de possível realização criadora de valores e da realização única e plena de si mesmo, sofre muitas vezes o desvio em virtude das circunstâncias dominantes do trabalho”.¹⁶ Esse aspecto mostra então que muito além do caráter de satisfação pessoal, existe toda uma dimensão do campo do trabalho que invés de realizadora de sentido, pode se tornar uma espécie de opressão que nos sujeitamos para ganhar a vida.

¹⁶ Ibid.207

A relação do homem com o trabalho, possibilita ao homem certa independência, através enquanto da saída e desvinculação do seio familiar, mas ao preço de lhe submeter numa lógica de reprodução de valores capitalistas, aspectos como a valorização do patrimônio, status, poder, esperteza, prepotência e dominação, tornam-se diretrizes que o homem deve assumir enquanto referência para si mesmo para ser considerado indivíduo de sucesso, tais aspectos reforçam uma ideologia machista, que na relação do homem com o trabalho perde a conotação de ideologia e se torna lugar comum (NOLASCO, 1993).

Sob a égide do capital, o homem se dissolve enquanto sujeito singular, e reproduz sua relação com a mecânica do processo produtivo em suas relações pessoais, uma vez que os mecanismos que envolvem sua relação com o trabalho funcionam como mecanismo identitário que objetivam um parâmetro masculino ideal, que nos remete novamente a ideia de um modelo hegemônico discutido anteriormente. Barros (2011) atribui ao trabalho a categoria de uma alienação específica que originaria todas as outras alienações, na medida que o processo de trabalho faz o sujeito conceber o seu produto de forma fragmentada produzindo uma relação de estranheza com o mesmo, sendo que tal relação se expande para os demais contextos sociais no qual o trabalhador se insere.

Na medida em que o trabalho se configura como umas das estruturas sociais mais importantes da vida de um homem, uma vez que sua rotina se orienta a partir da dicotomia trabalho e lazer e sua profissão lhe oferecendo significados pré-fabricados sob os quais falar e embasar a visão de mundo, que ordena e nomeia a dimensão simbólica e subjetiva masculinas, que lhe oferece representação que podem ser socialmente valorizadas ou não, de modo que as relações tal como são configuradas em seu trabalho ditariam suas relações para além deles, muito além de homem e produto mas de sujeito para sujeito.

O trabalho de acordo com Nolasco (1993) faz os homens olharem uns aos outros na busca de comparações e classificações reiterando comportamentos e buscando classificarem e se classificar em relação um aos outros. Essa busca por categorizações tornam os homens bastantes suscetíveis a experimentarem em seu cotidiano tensão e angustias que os levam a buscar no próprio trabalho uma forma de canaliza-los, dado a uma aproximação do valor social do seu trabalho enquanto seu valor como indivíduo. Nolasco, ainda traz que um homem “acaba acreditando que tal tensão é inerente ao estilo de vida de um homem, e que a agressividade e a violência são a melhor maneira de expressa-la”¹⁷, essa temática será melhor desenvolvida posteriormente.

¹⁷ Ibid Pag. 59

Se o trabalho enquanto substrato da alienação possa se tornar fonte de angustia, não ter um trabalho, por outro lado gera no indivíduo um sentimento de apatia, tal sentimento e caracterizado por Frankl (2016, p. 209) “o desempregado experimenta a vivência da desocupação da sua época como uma desocupação interior, um vazio da consciência, sente-se inútil por estar desocupado”, esse antagonismo, entre ter ou não um emprego, surge devido a esse caráter do trabalho que nos demarca enquanto sujeitos sociais, de modo que somos nosso emprego, trabalho e trabalhador se mesclam de forma homogênea e indistinta, Nolasco (1993) pontua que na medida que tal relação é construída, o homem se dissolve e se despersonaliza, estratégias disciplinares, modelagem do corpo e aparências, atitudes e emoções são idealizadas e construídas de forma que o reconhecimento e prestígio que o capitalismo lhe vende sob a forma de um cargo, o distancia dele mesmo e o impede de ter um encontro autêntico com aquilo que ele faz, de modo que ao fim desse processo, um homem saiba o que deve desejar o levando a uma forma de existir que lhe permita alcançar isso.

No referente aos valores vivências, este tal qual os valores criativos dependem de uma comunidade, já que esta possa ser aquilo que orienta também a vivência humana, porém a grande diferença entre ambas e essa comunidade é constituída por um eu e um tu, dito de outro modo de uma relação entre dois sujeitos, Frankl (2016, p. 220) coloca que “temos que o amor representa o campo onde de um modo especial são realizados os valores de vivência, o amor é, afinal, a vivência em que, pouco a pouco, se vive a vida de outro ser humano, em todo o seu caráter de algo único e irrepetível”.

Porém tal apreensão do outro em seu caráter de totalidade, esbarra no modelo de socialização masculina que embora não impeça, facilmente obscurece as possibilidades do encontro afetivo entre duas unidades, nesse aspecto Nolasco (1993) aponta que os mecanismos de socialização, norteiam a maneira através da qual os homens lidam com seus afetos, através de polarizações entre o masculino e o feminino, e conseqüentemente polarizações entre o sexual e o afetivo.

Frankl (2016) atribui a cada uma das três dimensões do sujeito, a saber a biológica, psíquica e noética, três atitudes correspondentes, cada uma voltada para uma dimensão, inicialmente a atitude sexual, vinda da atração física que um sujeito emana que leva um outro a impulso sexual, de tal impulso poderia surgir uma atitude erótica, que indo além do desejo sexual, passa a encarar o corpóreo não mais enquanto objeto privilegiado de seu interesse, mas como a parte mais externa do ser amado, essa seria a fase designada por Frankl como paixão, onde dois indivíduos ainda não são tocados pela unicidade um do outro, mas se mostram suscetíveis a primazia do caráter um do outro, somente avançando mais ainda ao cerne um do

outro, chega-se ao amor propriamente dito, ao ato de se deslumbrar diante do caráter de algo único, alcançando a expressão mais elevada de companheirismo, “Amor é, portanto, a atitude que relaciona diretamente com a pessoa espiritual do ser amado, com a sua pessoa precisamente no que ela tem de exclusivo «caráter de algo único» e de irrepetibilidade”¹⁸

Boa parte das relações não atingiria tão elevado grau, ou então tem seu desenvolvimento prejudicado. Isso se manifesta principalmente na dificuldade dos homens em falarem a respeito de aspectos de sua intimidade, de nomear ou discriminar seus diferentes afetos, não se entregando assim verdadeiramente ao encontro, já que o único caminho ensinado a ele a percorrer e o de sexualizar seus sentimentos, no sentido de que qualquer aproximação de uma figura feminina se limita a torná-la em um objeto.

Frankl (1978), infere que o outro não é meio para um fim, e jamais deveria sê-lo, uma vez que sempre que o eu se direciona a um tu com essa finalidade ele falha em sua intenção. Já que a singularidade do outro é perdida e negligenciada, não existindo assim o encontro.

O embotamento afetivo masculino que permeia as relações dos homens e atribuído a pretensa liberdade masculina em seus encontros, já que embora o comportamento de competitividade dos homens juntos a seus pares seja socialmente estimulado e gere uma narrativa estereotipada na qual a quantidade de relacionamentos e experiências masculina seria diretamente proporcional ao seu mérito enquanto homem, reforçando as diretrizes hegemônicas as quais estão submetidos.

Frankl (2016) pontua que as relações hoje, distanciam-se muito da pessoa espiritual, não se aprecia a unicidade de cada sujeito e da responsabilidade vinculada a essa relação, Nolasco (1993) se refere a ligação afetiva de um homem a um mulher como uma espécie de submissão do homem aos caprichos femininos, já que ele agora teria uma “dona” ou mesmo uma “patroa” que passam ao largo do imaginário masculino de independência.

Esse tipo de configuração na relação dos homens para com suas parceiras denota dessa forma, uma dificuldade de entregar-se numa dialética que não se orienta em uma relação de poder, mas naquilo que Frankl (2016, p. 243) fala como a “contemplação da imagem de valor de um ser humano”, não existem hierarquias, nem necessidade para fazer dessa forma, porem dado que a relação masculina com outros homens é orientada, segundo a perspectiva da hegemonia de Connel e Messerschmidt (2013) entre masculinidades hegemônicas que pressupõe também a existência de uma masculinidade subalterna, portanto dentro de uma hierarquia acaba funcionando de parâmetros para as relações com o feminino também, e uma

¹⁸ Ibid. 224

vez que o modelo hegemônico e o mais valorizado as mulheres não poderia estar acima dessa hierarquia.

Tal temor, se mostra bem expressivo diante da falta de desenvoltura masculina diante da mulher independente que o feminino pintou no imaginário masculino, o retirando de sua posição e invertendo os papéis do jogo da conquista, mostrando assim como as amarras sociais ocultam a fragilidade e vulnerabilidade masculina, onde ao se verem deslocados desse lugar que sempre ocuparam no plano afetivo, tornam-se ansiosos e inseguros. Nolasco (1993) atribui a dificuldade do homem de se entregar numa relação, a essa constituição identitária, tendo em vista que como o universo masculino já se encontra construído previamente a existência do homem, a ele só caberia se adequar, o que levaria a uma dúvida sobre quem de fato o homem e, quando lançados ao mundo dos afetos os homens esse questionamento ao invés de ser respondido, se volta para si mesmo e numa atitude de fechamento, contraposta a ideia de transcendência enquanto a abertura, leva o homem a reafirmar a expectativa do seu papel social, ignorando a si mesmo numa atitude inautêntica,

As consequências desse comportamento centrado em si, leva a aquilo que Nolasco (1997, p. 16-17) chama de crise da masculinidade que seria “uma possibilidade para os homens diferenciarem-se do padrão de masculinidade socialmente estabelecido para eles. Essa crise representa a quebra do cinismo a respeito da existência de um homem de verdade em torno do qual todo menino é socializado”.

Dadas todos os aspectos negativos, já delineados ao longo desse trabalho, sobre as masculinidades, pode se pensar numa condição de sofrimento, invisível que caracteriza a condição masculina, de amizades e relacionamentos superficiais, a um linguajar destituído de expressões de afetos para uns com os outros, de carregarem o peso do seu próprio isolamento ao se colocarem como sempre superiores uns aos outros, de viverem numa atuação ilusória de tentar se adequar a expectativas irreais e que contradizem as suas próprias limitações e anseios, porque por mais que preguem que não a autonomia masculina nunca existiu, eles não escolhem, apenas seguem diretrizes postas e se perdem de si mesmos, caem na inautenticidade.

3.3. AUTENTICIDADE E INAUTENTICIDADE

O construto da autenticidade e inautenticidade, surge a partir das inferências acerca da condição do ser na obra do filósofo alemão Martin Heidegger, e embora surja como fruto de uma descrição filosófica acerca dos aspectos que envolvam a questão do ser, cerne da principal obra do autor, *Ser e Tempo*, publicada em 1927. Esse conceito foi também apreendido por diferentes abordagens clínicas, humanistas e fenomenológicas existenciais, tal qual a

Abordagem Centrada na Pessoa do psicólogo estadunidense Carl Rogers (1902-1987), e a própria Logoterapia.

Retornando a um dos antigos problemas que perpassaram a obra de filósofos antigos, como Aristóteles e Platão, Heidegger (2009 p. 27) se propunha a buscar compreender qual seria do sentido do ser, sendo esse para o autor “o conceito mais universal e o mais vazio. Como tal resiste a toda tentativa de definição”. De acordo com Heidegger (1979)

Todo o ente é no ser. Ouvir tal coisa soa de modo trivial em nosso ouvido, quando não de modo ofensivo. Pois, pelo fato de o ente ter seu lugar no ser, ninguém precisa preocupar-se. Todo mundo sabe: ente é aquilo que é. Qual a outra solução para o ente a não ser esta: ser? E entretanto: precisamente isto, que o ente permaneça recolhido no ser, que no fenômeno do ser se manifesta o ente; isto jogava os gregos, e a eles primeiro unicamente, no espanto. Ente no ser: isto se tornou para os gregos o mais espantoso. (HEIDEGGER, 1979, p.215)

O resgate de tal noção surge uma vez que todos os entes são atemporalmente por ela contemplados, de tal modo que o limite dessa discussão seria apenas aquilo que não é, no caso a ideia do nada, que enquanto nada se constituiria algo, sendo de certo modo um ente também. A questão do ser se revela então a mais vasta e complexa das questões, o porquê de existimos e o porquê de estarmos no mundo. E tendo em vista que o existir pressupõe então a não-existência, a essência do homem é o existir e somente através da finitude desta e que entendemos a nossa própria existência.

O mundo já está posto, preexiste e antecede o surgimento do ser, sendo algo a priori, será no mundo que o sujeito ira se constituir, agir e, portanto, existir. O homem seria então compreendido como Dasein, ou ser-ai, conceito que segundo Iwood (2002) e o atributo da condição do ser dos humanos que ilumina a si mesmo, uma vez que e o dasein circunscreve a condição de ser estar consigo enquanto ser-no-mundo e ser com os outros a partir da percepção da existência de outros indivíduos, já que tanto as vivencias e convivências entre indivíduos são frutos deste estar lançado ao mundo.

Heidegger (1979) apud Iwood (2002, p.11) diz que o “Dasein é essencialmente o que pode ser autêntico, isto é, algo de próprio, de exclusivamente seu”. Segundo Ortiz (2011) autenticidade para Heidegger seria a capacidade de eleger a si mesmo e conquistar aquilo que realmente somos, e a inautenticidade seria se perder vivendo a margem de si, ignorando o que nos caracteriza enquanto sujeito. A nossa abertura enquanto ser no mundo.

A abertura sinaliza a situação em que o Dasein se apresenta no mundo, numa dialética de aproximação e afastamento com os demais entes, constituída através dos atos denominados pelo autor, a saber a disposição, compreensão e o discurso.

No tocante à disposição ou humor, que enquanto capacidade do Dasein de ser afetado pelos entes, , nas palavras de Iwood (2002, p. 94) “É pelos humores que me torno consciente do mundo ou dos entes como um todo, um reino aberto no qual posso encontrar outras pessoas e coisas”, através da disposição, o dasein sempre se volta para fora e nesse movimento e exigido a se assumir no mundo, onde sua existência aberta ao ser se consagra nas suas escolhas e na responsabilidade sobre aquilo que escolheu.

Heidegger (2009, p. 202) aponta que “toda a disposição, sempre possui a compreensão mesmo quando a reprime”, nesse aspecto a compreensão e a outra face da disposição. Compreender, porém, não se refere aqui a assimilar um dado conhecimento, ou de entender e ser capaz de algo, o autor a elege o conceito enquanto o que remete as possibilidades de ser do dasein, já que enquanto ser lançado no mundo, estamos sujeito a toda a espécie de condicionantes, mesmo assim a disposição nos leva a capacidade de elencar livremente as possibilidades de poder-ser, pois ele e sempre livre para escolher. Sobre isso Hedegger fala que “Compreender é o ser existencial do próprio poder-ser do Dasein de tal maneira que, em si mesmo, esse se abre e mostra a quantas anda seu próprio ser”¹⁹. Tal ato e intrínseco ao dasein, já que ele pode se compreender em suas possibilidades, sabendo se está efetivamente as realizando ou fugindo para uma existência inautêntica.

No terceiro ponto, temos através de Heidegger (2009, p. 225) que o discurso e a “articulação em significações da compreensibilidade inserida na disposição do ser-no-mundo”, através da fala existimos e nos exprimimos como ser-no-mundo, uma vez nossas relações são comumente dirigidas pela comunicação, No discurso “o homem se realiza no modo de descoberta do mundo e do próprio Dasein²⁰, nesse aspecto o homem e o único que pode discursar e ao fazê-lo pode se direcionar, orientar-se e determinar como deve agir de forma autêntica.

Dito tudo isso, por mais que se tente ser autêntico, somos inautênticos, devido sermos lançados no mundo e sendo inerente a ele a inautenticidade, que nos faz esquecer nossas possibilidades de ser. A partir da imersão do sujeito na impessoalidade do cotidiano, que impõe parâmetros e normas. O impessoal está implícito nas nossas relações, retirando as responsabilidades, Heidegger (2009, p. 241) pontua que tal situação e um modo especial de ser-no-mundo em que se é totalmente absorvido pelo “mundo” e pela co-pre-sença dos outros no impessoal”.

¹⁹ Ibid. 204

²⁰ Inid.229

3.4. TRÍADE DO VAZIO E INAUTENTICIDADE MASCULINA

Connell (1995) ao trazer a noção de masculinidade enquanto uma prática em torno da estrutura das relações de gênero, traz consigo um construto muito mais abrangente de se compreender o que se entende por gênero, uma vez que “falar de uma configuração de prática significa colocar ênfase naquilo que as pessoas realmente fazem, não naquilo que é esperado ou imaginado”²¹. Dado a multiplicidade de formas de ser e agir, não haveria um limiar para se definir o locus a ser ocupado por homens e mulheres, de tal modo a atribuir um papel específico a homens e mulheres em suas relações.

A ideia de papel em si, enquanto atributo do ser homem no mundo, não permite observar o modo como as relações de poder, a violência e agressividade se manifestam, emparelhando quaisquer tipos de mudança que tentem ser feitas, já que tais comportamentos seriam atitudes inerentes a condição dos homens, pensar em papel masculino enquanto modelo de ser-no-mundo suspende a capacidade de refletir sobre a complexidade dos modos de ser que e a masculinidade pode assumir, numa visão limitada a reprodução das relações sociais historicamente construídas que marginalizam os homens.

Connell (199, p. 189) concebe a ideia de gênero como a “forma pela qual as capacidades reprodutivas e as diferenças sexuais dos corpos humanos são trazidas para a prática social e tornadas parte do processo histórico”. Nesses termos a questão é muito mais ampla, vai além do biológico, englobando estado e economia, família e sexualidade, com tantas influências pensar que o masculino está delimitado a um modo único e exclusivo de agir e reduzir muito e desumanizar o homem, que tendo que ser de um jeito e não de outro, está impossibilitado de mudar, fechado em si no próprio estereótipo, alheio a ideia da transcendência humana.

Diferentes masculinidades seriam então produzidas, porém uma vez que elas são construídas por vieses de um processo histórico, algumas expressões serão mais difundidas do que outras, perpetuando e legitimando relações de poder, surge assim a concepção de hegemonia de Connell, através do qual os homens são levados a adotar posturas que se distanciam de tudo aquilo atribuído a um suposto papel feminino. Nisso o homem se posiciona e se ocupa enquanto inautêntico sua condição masculina converte as mais subjetivas expressões masculinas em normas gerais a serem seguidas e legitimadas a um padrão, no qual homens são definidos no seu modo de ser e de agir, tornando a multiplicidade possível da condição masculina numa grande massa amorfa que se perde e se generaliza em estereótipos

²¹ Ibid. 188

Tal perda, se esbarra na condição humana fundamental e inalienável posta por Frankl (2011), que entendia o ser humano como um ser a face de um sentido a ser preenchido através por valores, buscados através da vontade de sentido, definida como o esforço mais básico do homem na direção de encontrar e realizar sentidos e propósitos²², tal experiência pode ser associada a aquilo que Langle (1992) atribui ao que chama de experiência do ser, no acepção do estar aí do ser-no-mundo que colocam o indivíduo no caminho da própria existência. Nas palavras do autor:

Pela experiência-do-ser o homem se torna, [...] consciente de valor que ele próprio é, pelo fato de seu mero ser, mas que ele não apenas conhece, mas também experimenta, apreende, sente. Ser homem significa possuir valor enquanto se vive, independentemente de capacidades, posição social utilidade, qualidade, saúde, percalços! A dignidade humana se funda no seu ser, no que ele é, e não no que ele tem, seu ser e seu próprio valor (LANGLE, 1992 p. 53)

Mas uma vez que o homem segue a conjuntura masculina apregoado pelo padrão hegemônico, a masculinidade se destitui enquanto potencial autêntico, da expressão do ser e ao homem restaria, assumir o descaminho de apenas querer o que os outros querem ou fazer o que os outros querem que ele faça recaindo nos fenômenos nomeados por Frankl (1978; 1990; 2011) de conformismo e totalitarismo.

Na tentativa de legitimar e garantir as suas posturas de poder enquanto única alternativa a masculinidade se perde em suas próprias divagações acerca do que o homem deve ser, o como ele deve se comportar, e de como deve agir, perseguindo em sua vida uma imagem ilusória de aceitação social onde a felicidade se circunscreve nas aparências da hegemonia. Ainda que ter parâmetros a se atingir seja algo importante no exercício do ser-no-mundo, o fato deles declinarem o sujeito a assumir e ocupar um local absoluto, sobre o risco de terem sua masculinidade questionado, dentro da hegemonia sua identidade e valor como indivíduo, o homem não vive para si, ou para o outro, mas em função de um outro. E embora a autotranscendência seja aquilo que mova ao homem ao encontro de algo além de si mesmo, o encontro aí, não existe, já que não há um encontro de um Eu-Tu, apenas uma hierarquização daquilo que o homem tem que ser. Frankl (2016) aponta que o ser do homem perde a sua dignidade sempre que se vê absorvido por um ser de ordem superior.

A ideia de autotranscendência significa de acordo com Frankl (1978 p. 56) que o homem é tanto mais humano quanto mais é ele mesmo. quanto mais ele se supera e se esquece a si próprio na dedicação a uma tarefa. a uma coisa ou a um companheiro. Embora a capacidade de autotranscendência ainda esteja lá enquanto condição do sujeito, uma vez que valores e normas

²² Ibid. pág. 50

já estão postos a vontade de sentido, se perde enquanto vontade de poder, já que a vontade de sentido não pode ser de acordo com Frankl (2011, p. 60) “exigida, dominada e nem comandada. Não se pode criar, artificialmente, a vontade, e se a vontade de sentido vir à tona, o sentido em si, deve ser elucidado”. Não podemos, ou ao menos deveríamos exigir determinadas formas que sirvam para delimitar o ser-assim na condição masculina, o próprio Frankl (2016, p. 157) nos diz que “sendo absorvido pela massa, perde o homem aquilo que lhe mais próprio e peculiar: A responsabilidade”, já que é o caráter de algo único e irrepetível que se perde no masculino, quando ele é absorvido por um destino, no qual as linhas de partida e de chegada já estão dadas previamente ao seu ser-no-mundo.

Ocupar tais posturas desembocam naquilo que Frankl (1978, p. 14) chama de vazio existencial de um “profundo sentimento que a vida não tem sentido” e que “não se limita a nenhum sistema determinado, a nenhuma classe social” (SHAFF APUD FRANKL, 1990, p. 18), e nessa condição de vazio que surge as chamadas neuroses de massa ou tríade do Vazio (FRANKL, 1990; 2014), encarada através dos fenômenos da agressividade, drogadição e suicídio, sendo o primeiro o mais relevante para o trabalho aqui proposto.

3.5. AGRESSIVIDADE E AUTOTRÂNSCENDENCIA

A condição do ser do homem apresenta uma profunda relação no que se refere a agressividade enquanto critério característico da sua forma de expressar-se no mundo, a violência e apontada o que traz consigo certa divisão sexual, caso formos analisar alguns dados estatísticos. No Brasil, segundo dados do IBGE, os homens vivem em média 7,1 anos menos do que as mulheres, com uma expectativa de vida de 72,2 anos contra a os 79,3 anos da expectativa feminina

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) no Brasil entre 2005 e 2015, ocorreram mais 318 mil assassinatos, sendo que os homens jovens continuam sendo as principais vítimas: mais de 92% dos homicídios acometem essa parcela da população. Sendo no ano de 2015, o homicídio correspondeu a 47,8% do total de óbitos de homens entre 15 a 29 anos, dados que corroboram com as estatísticas que os homens são 10 vezes mais vítimas de violência do que as mulheres.

Dados do ministério da saúde (2017) também um elevado índice de suicídio entre a população masculina, tendo uma taxa de 9,2 a cada 100 mil habitantes, um numero 4 vezes maior que a taxa de 2,4 ligada a mesma amostragem feminina. Outros dados como o da seguradora LIDER/DPVAT (2018), em 2018, cerca de 75% das indenizações pagas por acidentes de trânsito no Brasil são para vítimas do sexo masculino. Destas, a maior parte foi

para homens entre 18 e 34 anos, além disso considerando os dados Banco Nacional de Monitoramento de Presos (BNMP 2.0), uma ferramenta do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), existiam no Brasil até agosto de 2018, 602.217 presos, dos quais 95% são homens e 5% são mulheres.

Mas para além de sua condição de vítimas, aos homens também é relegado o papel de maiores algozes, já que o feminicídio, enquanto homicídio motivado pela condição de gênero da vítima e o crime mais praticado no Brasil contra a mulher, tendo o país a 5ª maior taxa dessa prática no mundo, segundo a Flacso Brasil (2015) entre os anos de 1980 a 2013, 106.093 mulheres morreram por sua condição de ser mulher

Dados como esses, corroboram uma estreita relação dos homens com a violência, tal representação de acordo com Nolasco (2001 p. 62) aponta que “a violência é uma possibilidade de resposta a demanda de desempenho de seu papel social, e ela é estimulada de diferentes formas durante a socialização dos meninos, tornando-se um elemento-chave a construção de um determinado tipo de subjetividade masculina”, tal subjetividade compreende todo um modo de ser e se expressar que vise atingir o ideal pré-estabelecido de masculinidade, que construa e fundamente sua identidade. Que se constituiria através do sentimento de pertencimento a um grupo.

A perseguição de um ideal de masculinidade, traz à tona uma grande vulnerabilidade para os homens, nesse sentido Nolasco (2001) associa a presença dos homens em situação de violência para encontrar aí uma representação que lhe configure um sentido e um significado a sua vida. Nolasco (2001) nos diz que:

Para esta representação social, a subjetividade masculina se sustenta com base no conceito de virilidade bem como na sua conexão com o mundo do trabalho e da violência, estar desempregado e um estado de que pode ser interpretado como falta de potência e força viril, da mesma maneira que perder posses e honra e compreendido como um ataque a condição masculina. (NOLASCO 2001, p. 66)

As exigências sociais elencadas para um correto exercício da masculinidade, legitimam o uso da força física em situações onde o homem não se sinta reconhecido como tal, dado o elevado nível de tensão ao qual está sempre exposto dentro do seu papel social, a tensão aqui não se mostra como a tensão saudável que Frankl atribui a noção dinâmica do sujeito enquanto fator importante para a vontade de sentido, mas um tipo de tensão que instaura no homem a angústia de perder a sua identidade enquanto homem, sua identidade social que negligencia o caráter de único e irrepetível da condição humana.

Nessa tensão social de manter-se num ideal de si enquanto homem, o sujeito se perde enquanto indivíduo autêntico, caindo no conformismo querendo o que os outros querem ou no

totalitarismo, e fazer o que os outros querem que ele faça (FRANKL 1978; 1990; 2011). Perder ou ter a sua condição de homem questionada, e visto como perder a própria identidade, algo que relega ao homem a um estado de não-ser, fechado em uma neurotização de si mesmo, homens e mulheres não são vistos como um tu, um ente existencial, mas como aquilo que através de uma alteridade constituiria a masculinidade, a violência de gênero, para com mulheres e indivíduos homoafetivos seria então a forma através da qual essa alteridade seria almejada

Frankl demonstra, entretanto, que o outro não pode ser não é meio para um fim e nem pode ser buscado dessa forma, falhando assim em sua intenção, as relações são a possibilidade de reconhecer a unicidade de um outro indivíduo e isso que caracterizaria a ideia de autotranscendência enquanto constitutivo existencial que possibilita ao sujeito de ir além de si mesmo, nas palavras de Frankl (2017)

Ser humano significa dirigir-se para além de si mesmo, para algo diferente de si mesmo, para alguma coisa ou alguém. Em outras palavras, o interesse preponderante do homem não é por quaisquer condições internas dele próprio, sejam elas prazer ou equilíbrio interior, mas ele é orientado para o mundo lá fora, e neste mundo procura um sentido que pudesse realizar ou uma pessoa que pudesse amar. E, com base em sua autocompreensão ontológica pré-reflexiva, tem conhecimento de que ele se auto-realiza precisamente na medida em que se esquece a si próprio; novamente na mesma medida em que se entrega a uma causa a qual serve, ou a uma pessoa a quem ama (Frankl, 2017, p. 99)

Autotranscender exige que realizemos valores, seja dar algo de si para o mundo nos valores criativos, seja para receber algo do mundo através dos valores vivenciais, mas estando a masculinidade condicionada a negar a implementação de tais construtos, como já vimos anteriormente o que restaria de fato aos homens enquanto via de mudança, como afinal se distanciar dessa representação ou altera-la, dado que o próprio Connel atribui a hegemonia a ideia de uma construção histórica, e que enquanto tal é passível de mudança mas então como alcançar uma masculinidade mais saudável?.

Um dos caminhos possíveis estaria a partir dos valores de atitude, frente a facticidade das condições sociais na qual o homem é submetido e sobre a qual pode sempre se posicionar diante desses dos aspectos, ainda que dada a tensão que vive, não possua consciência disso. Langle (1992) enfatiza a experiência de ser, enquanto possibilidade de vivenciar sentido, numa trajetória para qual o homem possa ser a si mesmo. Na medida em que se permitissem que as coisas sejam da mesma maneira com a qual se apresentam, ou quando se reconhece como um ser-assim que possui capacidade para direcionar ou se ocupar de algo, bem como pode decidir agir de modo completamente distinto, nas suas palavras

Posso dizer “não” ao entrelaçamento do mundo com o meu agir, abandonando-me ao plano inclinado da dependência, resignando-me a um papel passivo, no qual me eximo de toda a responsabilidade permitindo que os anseios de ter ser se apoderem de mim ou tolerando que os outros se apoderem de minha vontade. Posso dizer “não” ao “estar exposto”, quando procuro, com imediatismo de meios, amenizar os meus sofrimentos, quando exijo da vida, como se fora um direito indiscutível, tudo o que ela me possa proporcionar, perdendo, com isso, minha capacidade de admiração, enclausurando-me em mim mesmo, ao invés de abrir-me (LANGLE, 1992 pág. 59).

E na decisão, na sua constituição enquanto correlato da liberdade e responsabilidade humana, que o homem pode se assumir em seu caráter de algo único e irrepetível onde através de sua consciência, ele vislumbra as possibilidades de sentido subjacente à realidade. (FRANKL, 1990). E pode optar um movimento oposto a maioria e resistir aos condicionantes hegemônicos.

Frankl (1978, p. 42) nos diz que “A essência do homem pertence não apenas a liberdade de ser culpado, mas também a responsabilidade de desenvolver-se para além da culpa”, portanto não cabe aqui inocentar ou justificar as atitudes deliberadas como agressivas dos homens para com o seu semelhantes, mas de compreender que ao mesmo tempo que os valores hegemônicos são produzidos socialmente, socialmente também eles prejudicam a realidade sobre a qual são produzidos.

Hoje se fala no mal-estar contemporâneo, numa crise da masculinidade frente a novas exigências impostas aos homens. A conquista cada vez maior de espaço das mulheres abalou os referenciais existentes sobre a masculinidade, o ser mulher enquanto dependente e dedicada ao marido, voltadas para os filhos e condicionadas ao espaço doméstico, fica cada vez mais distante da realidade, o que altera a percepção que ambos os sexos têm sobre si.

Embora tal fenômeno gere uma vasta gama de novas representações com as quais o homem possa vir a se identificar, traz em seu escopo a angustia com a qual caracterizamos a frágil construção da identidade masculina. O novo masculino é então produzido enquanto aquilo que pode abranger todas as formas de ser homem, aceitando e acolhendo masculinidades possíveis, livres de estereótipos, mas até que ponto esse modelo não seria estereotipar novamente e cristalizar novas posições tão prejudiciais quanto as anteriores? Uma vez que tais modelos se propõem a uma determinada forma de ser do homem, tal qual o modelo de masculinidade vigente

Embora a ideia de hegemonia nunca seja realmente superada, dado que como produto socio-histórico, ela se reconfiguraria de modo a se adequar as exigências externas, sendo assim a cada debate, a cada discussão e questionamento que se faz esse modelo, dar margem para que este se reconfigure de outra maneira, que se possa se mostrar menos opressiva para homens e mulheres, ambos vítimas e algozes desse processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise a partir do resgate histórico, filosófico e psicológico da categoria de gênero, no intuito de entender como surge lugar que o masculino ocupa nos estudos de gênero, perpassando a agressividade e violência como uma das implicações da hegemonia sobre o homem até se chegar no olhar logoterapêutico dessa questão, foi o trajeto optado para delinear-se o presente trabalho, espera-se que tal iniciativa permita uma maior profusão de estudos na área, e possibilite um embasamento necessário para articular a logoterapia com o debate emergente das temáticas de gênero, ao trazer um olhar de totalidade do sujeito homem além da sua condição de estereótipo, trazendo uma mediação menos reducionista a essa problemática.

Nas atuais discussões muito se fala sobre O “novo homem” enquanto aquele que se permite ser sensível e sexualmente seguro, que se preocupa mais com a aparência e beleza, o perigo dessa forma de pensar e que quando se toma isso enquanto parâmetro absoluto, no qual os homens tem de ser assim, isso despersonaliza o sujeito o tornando como uma espécie de avatar de si mesmo, já que tem que se encaixar nesses novos padrões, potencialmente danosos que negligenciaria o caráter de algo único do sujeito, suscitaria o retorno da problemática aqui brevemente trabalhada e colocaria o homem que a não atingisse enquanto passível de crise consigo mesmo.

Ao lado desse “novo homem” o antigo também se torna mais evidente e parece tentar preservar seu espaço, se utilizando da sua agressividade instrumentalizada a serviço do seu estereótipo, porque muito embora avanços tenham sido feitos o índice de feminicídios e demais crimes contra a mulher, bem como crimes relacionados a homofobia tem se elevado aos longo dos últimos anos. Diante disso podemos inferir duas opções, não sabe-se ainda se tais índices tenham se tornado mais noticiáveis, com os avanços do feminismo, ou mesmo se o número elevado de atos agressivos surge como uma resposta do modelo hegemônico vigente a essa nova realidade, dado a novidade desse debate, até a presente escrita desse trabalho tal questão se mostra ainda como algo inconclusivo, podendo ser campo de pesquisas futuras.

Além disso a esse novos olhares sobre a masculinidades parecem ainda serem míopes sobre o que se fazer com os homens em situações de conflito com a lei, em casos de acusações de violência o sistema público de saúde, não possui uma legislação funcional e efetiva para o atendimento desses sujeitos, tendo poucas tentativas sistematizadas para o acompanhamentos dessas demandas, e dentro dessas iniciativas o modelo de homem pressuposto ainda está enquadrado numa visão do masculino enquanto problema e não como agente em meio a esse processo, portanto a partir desse trabalho bibliográfico pretende-se enquanto um possível

desdobramento sistematizar um método de atuação que embasado na logoterapia frankliana, possa prestar um acompanhamento que leve em conta a irreptibilidade de cada ser humano, bem como a capacidade deste exercer o seu ser livre e responsável, frente a todos os seus condicionantes.

Repensar a masculinidade não seria rotular os sujeitos, mas ampliar e permitir que os homens ocupem livremente esse espaço possibilitando que eles possam mudar e decidir por eles mesmos, sendo autônomos no próprio existir. Muito ainda tem que se discutir e ampliar na busca de um ser masculino autêntico que não esteja engessado em um modelo que os levem a ignorar o seu ser assim em virtude de um construto que desconsidere suas limitações e desejos.

REFERÊNCIAS

- ADLER, A. **A Ciência da Natureza Humana**. 4ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.
- AMÂNCIO, L. **As assimetrias nas representações de gênero**. Revista Critica de ciências sociais N° 34, fevereiro 1992.
- ALVES, A. C. F.; ALVES, A. K. da S. **As trajetórias e lutas do movimento feminista no brasil e o protagonismo social das mulheres**. In: Seminário CETROS, 4., 2013, Fortaleza. Anais [...]. Fortaleza, 2013
- BRASIL. **Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940**. Código Penal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.
- BRASIL, **Lei Maria Da Penha**. Lei N.º11.340, de 7 de agosto de 2006.
- BOURDIEU, P. **O poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BUBER, Martin. **Eu e Tu**. 10 ed. São Paulo: Centauro, 2001.
- BURILLE A.; GERHARDT T. E. **Conexões entre Homens e Saúde: discutindo algumas arranhaduras da masculinidade**. Athenea Digital, vol. 13, n. 2, p. 259-266, 2013.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARRARA, S., SAGGESE, G. **Masculinidades, violência e homofobia**. In: GOMES, R., org. Saúde do homem em debate. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011, pp. 201-225
- COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER. **Mapa da violência contra a mulher 2018**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2018
- CONNELL R. W. **Políticas da masculinidade**. Educação e Realidade 20(2):185-206, 1995
- CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W. **Masculinidade hegemônica: repensando o conceito**. Estudos Feministas, Florianópolis, 21 (1), p. 241-282, jan./abr. 2013
- DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault: Uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995
- DUTRA, F. A.; ORELLANA, C. **Selfies en Tinder: masculinidades hegemônicas como performance**. Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación, 2017
- FABRY, J. B. **A Busca de Significado**. São Paulo: ECE, 1984.
- FERREIRA, L. N. **Idades e gênero na literatura e na arte da Grécia antiga**. Coimbra. Universidade de Coimbra, 2015.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1990

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2004.

FIZZOTI, E. **Busca de Sentido e/ou cura? A perspectiva de V. E. Frankl**. In A. N. Terrin (Org.), *Liturgia e terapia: a sacralidade a serviço do homem na sua totalidade*. São Paulo: Paulinas, 1998.

FRANKL, V. E. **Fundamentos antropológicos da psicoterapia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

FRANKL, V. E. **A questão do sentido em Psicoterapia**. Campinas, SP: Papirus. 1991.

FRANKL, V. E. **A psicoterapia na prática**. Campinas, SP: Papirus. 1991.

FRANKL, V. E. **Um sentido para a vida: psicoterapia e humanismo**. Aparecida: Ideias e letras, 2005.

FRANKL, V. E. **A Vontade de Sentido: Fundamentos e aplicações da logoterapia**. São Paulo: Paulus, 2011.

FRANKL, V. E. **Psicoterapia e Sentido da Vida**. São Paulo: Quadrante, 2016.

FRANKL, V. E. **A presença Ignorada de Deus**. Petrópolis, Vozes. 2017.

FREUD, S. **Conferências Introdutórias À Psicanálise**. Obras completas volume 13. São Paulo. Companhia das Letras. 2014.

FONSECA, A. B. et. al. **Psicanálise e as relações objetais**. In: *Cadernos de Graduação - Ciências Biológicas e da Saúde*. Maceió v. 1, n.3, p. 57-66, 2013.

GUBERMAN, M; SOTO, E. P. **Dicionário de Logoterapia**. Buenos Aires: Lumen Hvmánitas, 2005.

GUTIÉRREZ, E. J. D. **Códigos de masculinidade hegemónica en educación**. *Revista Iberoamericana de Educación*, vol. 68 (2015), pp. 79-98.

HEIDEGGER, M. **Ser e Tempo**. Parte 1. Petrópolis: Vozes 2005.

HUSS, M. **Psicologia forense: pesquisa, prática clínica e aplicações**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

HUSSERL, E. **A ideia de Fenomenologia**. Lisboa: Edições 70, 2000.

IPEA. **Atlas da Violência**. Rio de Janeiro, 2017.

IWOOD. M. J. **Dicionário de Heidegger**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

- LAGO, M. C. S. **A psicanálise nas ondas dos feminismos**. In: Carmem Rial; Joana Maria Pedro; Silvia Maria Fávero Arend. (Org.). Diversidades: dimensões de gênero e sexualidade. 1 ed. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010, v. 1, p. 287-306.
- LANGLE, A. **A vivência do ser como chave da experiência de sentido**. In; Viktor Frankl et al. Dar sentido à vida. Coleção Logoterapia vol. 5. Petrópolis: Vozes, 1992.
- LANGLE, A. **Vivir com Sentido**. Aplicación práctica de la logoterapia. Buenos Aires. Lumen Hymanitas, 2008.
- LATTANZIO F. F. (Dissertação). **O lugar do gênero na psicanálise: da metapsicologia às novas formas de subjetivação**. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG, Belo Horizonte. 2011.
- LAURENTI, C; OKA, M. **Entre sexo e gênero: um estudo bibliográfico-exploratório das ciências da saúde**. Saúde Soc. São Paulo, v.27, n.1, p.238-251, 2018.
- LUKAS, E. **Logoterapia: A Força desafiadora do espírito**. Tradução de José de Sá Porto. São Paulo: Edições Loyola, 1989.
- LUKAS, E. **Mentalização e Saúde**. A arte de viver e Logoterapia. Coleção Logoterapia vol. 2. Petrópolis: Vozes, 1990.
- LUKAS, E. **Prevenção Psicológica**. A prevenção de crises e a proteção do mundo interior do ponto de vista da Logoterapia. Coleção Logoterapia vol. 7. Petrópolis: Vozes, 1992.
- MENANDRO, P. R. M. (Tese) **O problema social da agressão e violência: (in)possibilidade de solução**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1982.
- MYERS, D. G. **Psicologia Social**. Porto Alegre, AMDG, 2014.
- NOLASCO, S. **O Mito da Masculinidade**, Rio de Janeiro. Rocco, 1993.
- NOLASCO, S. **Um "homem de verdade"**. In D Caldas (org.). Homens. Editora Senac, São Paulo, 1997.
- NOLASCO, S. **De Tarzan a Homer Simpson: Banalização e violência masculina em sociedades contemporâneas ocidentais**. Rio de Janeiro, Rocco, 2001.
- ORTIZ, E. M. **El Diálogo Socrático em la Psicoterapia**. Bogotá: Ediciones SAPS, 2012
- PACCIOLA, A. **Psicologia Contemporânea e Viktor Frankl: Fundamentos para uma psicoterapia Existencial**. Vargem Grande Paulista, SP: Editora Cidade Nova, 2015
- PAREDES, A. Y. **Encontrando y Realizando Sentido**. Diálogo socrático y ejercicios vivenciales en logoterapia. Lima, Peru: Sanchez, 2015
- PEREIRA, I. S. **Mundo e Sentido na Obra de Viktor Frankl**. PSICO. PUC-RS. v. 39, n. 2, pp. 159-155, abr./jun. 2008

SANTOS, M. M. H. **A cultura do estupro: banalização e visibilidade de mudanças através dos tempos.** Ciência et Praxis v. 8, n. 16, 2015

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica.** Recife: SOS Corpo, 1995

SAFFIOTI, H; ALMEIDA, S.S. **Violência de gênero: poder e impotência.** Rio de Janeiro. Revinter.1995

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SOUZA, R. M. **Um Panorama Sobre as Discussões Sobre Gênero, Masculinidade e Poder.** In: ANTROPOLÍTICA Niterói, n. 34, p. 11-15, 1. sem. 2013

ŽIŽEK, S. **Violência.** São Paulo. Boitempo, 2014

